



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO

MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO

***OS ASPECTOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS DA
SEGURANÇA EM TURISMO DE AVENTURA***

José Murilo Rocha

Brasília DF



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO

MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO

***OS ASPECTOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS DA
SEGURANÇA EM TURISMO DE AVENTURA***

José Murilo Rocha

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª.Iara Lucia Gomes Brasileiro

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Turismo da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Turismo.

Brasília-DF

2015



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO

MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO

***OS ASPECTOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS DA
SEGURANÇA EM TURISMO DE AVENTURA***

José Murilo Rocha

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Iara Lucia Gomes Brasileiro

Orientadora

Profa. Dra. Ivany Câmara Neiva

Examinadora

Prof. Dr. José Aroudo Mota

Examinador

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R672a Rocha, José Murilo
Os aspectos objetivos e subjetivos da segurança em
turismo de aventura / José Murilo Rocha; orientador
Iara Lucia Gomes Brasileiro. -- Brasília, 2015.
67 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em
Turismo) -- Universidade de Brasília, 2015.

1. Turismo de aventura. 2. Segurança objetiva e
subjetiva. 3. Voo livre. 4. Surfe. 5. Cicloturismo.
I. Brasileiro, Iara Lucia Gomes, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

A Deus, razão de toda segurança, objetiva ou subjetiva, pela vida e por tudo que tem me dado para chegar até aqui.

À minha orientadora, Professora Iara Lucia Gomes Brasileiro, pela dedicação, profissionalismo, competência e paciência.

Às empresas de turismo de aventura: Caminhos do Sertão, Escolas de surfe Evandro Santos e Campeche *Surf School*, e à Parapente Floripa, pela prontidão e presteza em participar desta pesquisa através das entrevistas com seus clientes turistas.

A todos os turistas que prontamente se dispuseram a participar desta pesquisa.

Aos colegas do Mestrado, por enriquecerem nossas aulas com seus conhecimentos práticos, o companheirismo e as risadas. Sem eles esta caminhada certamente teria sido mais pesada e difícil.

Finalmente, meus agradecimentos especiais aos que colaboraram direta ou indiretamente para a concretização deste objetivo, o meu muito obrigado a todos!

RESUMO

Há alguns anos a atividade de turismo de aventura vem crescendo no Brasil. Atualmente o turismo de aventura está amplamente disseminado no Brasil e uma grande variedade de empresas e prestadoras de serviços se estabeleceu em todo território nacional. Com o crescimento do setor, o debate com relação à segurança nessas atividades também tem sido fomentado. Desta forma, a proposta nesta pesquisa é estudar a segurança no turismo de aventura sob o ponto de vista objetivo e também sob a ótica subjetiva. A questão principal a ser investigada neste trabalho, é a resposta à seguinte pergunta: O que é segurança em turismo de aventura? Um sentimento? Uma realidade externa proporcionada pela existência de infraestrutura adequada, ou os dois aspectos? Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo principal pesquisar o turismo de aventura, mais especificamente as atividades de voo de parapente, o surfe e o cicloturismo, no que se refere à questão da segurança, tanto a que aqui foi chamada de objetiva, referindo-se aos aspectos externos à pessoa do turista, quanto a que aqui foi chamada de subjetiva, referindo-se ao turista em si, seu sentimento de segurança, como viu a questão do risco e suas emoções, como as expressava.

Palavras chave: Turismo de aventura. Segurança objetiva. Segurança subjetiva. Voo livre. Surfe. Cicloturismo. Normatização.

ABSTRACT

Already a few years the adventure tourism activity is growing in Brazil. Currently adventure tourism is widespread in Brazil and a wide variety of companies and service providers has established nationwide. With the growth of the sector, the debate about the safety in these activities has been fostered too. Thus, the proposal in this research is to study the safety in adventure tourism in the objective point of view and also from the perspective subjective. The main question to be investigated in this work is the answerer for the following question: What is safety in adventure tourism? A feeling? An external reality through the existence of adequate infrastructure, or Both aspects? Thus, this study aims to search the adventure tourism, specifically the paragliding flight activities, surfing and cycling, as regards the issue of security, both what has been called the objective, referring to the external aspects of tourist person, as to what has been called subjective, referring the tourist himself, his sense of security, as he saw the issue of risk and emotions, as expressed.

Key words: Adventure tourism. Objective safety. Subjective safety. Free flight. Surfing. Cycling. Standardization.

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 1 – Tabela , demonstrativo dos questionários aplicados.....	45
Figura 1 - Vista da rampa norte da praia mole	50
Figura 2 - Vôo duplo no Rio de Janeiro	51
Figura 3 - Vôo duplo na praia mole.....	51
Figura 4 - 6 regras básicas do surf.....	53
Figura 5 - Aluna turista em atividade no Campeche	54
Figura 6 - Turista surfando no Campeche	55
Figura 7 – Praia da Barra da Lagoa, momentos antes de entrar no mar	55
Figura 8 – Cicloturismo na Serra Catarinense.....	58
Figura 9 - Pura alegria, pedalando na Serra Catarinense.....	59
Figura 10 - A turma reunida	59

LISTA DE SIGLAS

ABETA	– Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura
ABNT	– Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABNT	– NBR – Associação Brasileira de Normas Técnicas, Norma Brasileira
ABVL	– Associação Brasileira de Voo Livre
EMBRATUR	– Empresa Brasileira de Turismo
ICMBio	– Instituto Chico Mendes de Biodiversidade
IH	– Instituto de Hospitalidade
INMETRO	– Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
ISO	– International Organization for Standardization
MTur	– Ministério do Turismo
NBR-ISO	– Norma Brasileira, Padrão Internacional
OMT	– Organização Mundial do Turismo
PNUD	– Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SGS	– Sistema de Gestão de Segurança
SISTUR	– Sistema de Turismo
SNUC	– Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UCs	– Unidades de Conservação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 TURISMO E TURISMO DE AVENTURA	13
2.1 CONCEPÇÕES DE TURISMO, TURISMO DE AVENTURA E SEGMENTAÇÃO DO TURISMO.....	13
2.1.1 Segmentação do mercado de turismo	18
2.1.2 Definição de turismo de aventura.....	19
2.2 POR QUE O TURISMO DE AVENTURA É CADA VEZ MAIS ATRAENTE?	23
2.2.1 Aventura e viagem	23
2.2.2 Corpo e alma na atividade física	25
2.3 MODALIDADES DE TURISMO DE AVENTURA.....	28
2.4 O AMBIENTE PREDOMINANTE DO TURISMO DE AVENTURA: A NATUREZA	31
2.4.1 A importância dos Parques Nacionais.....	33
3 OBJETIVIDADE, SUBJETIVIDADE E SEGURANÇA.....	35
3.1 OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE	35
3.2 SEGURANÇA, SEGURANÇA OBJETIVA E SEGURANÇA SUBJETIVA	40
5.1 PERFIL DOS TURISTAS PARTICIPANTES.....	45
5.2 DA OBJETIVIDADE NA SEGURANÇA	46
5.2.1 Objetividade na segurança – empresas outras pesquisadas	48
5.3 ASPECTOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS DA SEGURANÇA NO VOO DUPLO DE PARAPENTE.....	48
5.5 ASPECTOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS DA SEGURANÇA NO CICLOTURISMO.....	56
6- CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61
APÊNDICES.....	65

1 INTRODUÇÃO

Há alguns anos a atividade de turismo de aventura vem crescendo no Brasil. De acordo com o livro *Turismo de Aventura: Orientações Básicas* (BRASI, 2010), o segmento nasceu com um pequeno grupo de pessoas dispersas geograficamente, de diferentes classes sociais e idades, que começaram a desenvolver atividades junto à natureza, passando a visualizar a possibilidade de fazer daquilo seu meio de vida.

A expansão mercadológica foi espontânea e abrangente; hoje o turismo de aventura está amplamente disseminado no Brasil e uma grande variedade de empresas e prestadoras de serviços se estabeleceu em todo território nacional (BRASIL, 2005) de acordo com a publicação *Regulamentação, Normalização e Certificação em Turismo de Aventura - Relatório Diagnóstico*, do Ministério do Turismo. Utilizando-se o *Guia Quatro Rodas* como referência, encontram-se mais de 190 destinos caracterizados como voltados ao turismo de aventura. Atualmente segundo o documento *Análise da oferta de atividades de turismo de aventura no Brasil* (2005) já se tem mais de 2000 empresas identificadas que prestam serviços nessa área.

Com o crescimento do setor, o debate com relação à segurança nessas atividades também foi e tem sido fomentado. Qual o nível de risco envolvido na prática dessas atividades de aventura, a que estão expostos, é percebido pelos turistas que as buscam? Existem protocolos de controle com rotinas específicas para segurança de cada atividade?

De acordo com a *Regulamentação, Normatização e Certificação em Turismo de Aventura - Relatório Diagnóstico* (2005, *caput* p.79), a segurança aparece como sendo a questão central no turismo de aventura, mas as informações disponíveis ainda são poucas. A importância dada pelo Ministério do Turismo a esta questão está relacionada tanto à responsabilidade do Estado quanto aos impactos negativos que a ocorrência de acidentes pode causar num segmento em plena expansão e com aspirações a um forte crescimento da participação externa.

Desta forma, o tema segurança, em turismo de aventura tem se destacado para a pesquisa, ainda que outros aspectos importantes também possam ser objeto de estudo. Inicialmente, poder-se-ia pesquisar sobre o aspecto segurança no turismo de aventura com foco na infraestrutura de instalações, equipamentos e operadores existentes em empresas que se dedicam a essa atividade. No mesmo aspecto, segurança, seria possível desenvolver um estudo específico sobre a regulamentação e normatização existente e quanto elas têm sido ou não eficientes para garantir maior segurança. Outra forma de explorar o assunto seria a

questão dos acidentes: quais as suas possíveis causas, onde teria havido a falha? Foi humana ou de equipamentos? Outra abordagem para o assunto, seria a questão da crescente demanda: seria possível realizar um estudo apenas quantitativo da evolução do número de pessoas que têm realizado algum tipo de turismo de aventura nos últimos anos. Poder-se-ia ainda, focar o turista em si, sua motivação e emoções. Todas essas abordagens são válidas para pesquisa em um assunto ainda pouco pesquisado.

Para o presente trabalho, pensou-se, inicialmente, na abordagem técnica da regulamentação, normalização e certificação e a eficácia dessa regulamentação, desde sua publicação. Entretanto, com as reflexões e o levantamento bibliográfico prévio sobre o tema, percebeu-se que o estudo poderia ir além e ser mais abrangente, envolvendo também os aspectos referentes ao turista, como pessoa que procura a atividade de aventura. Assim, surgiu a nova ideia de tema a ser explorado, um estudo que abranja os aspectos externos – objetivos, e os internos - subjetivos, do turismo de aventura. A ideia passou a ser, então, estudar a segurança no turismo de aventura sob o ponto de vista objetivo e também sob a ótica subjetiva. Desta forma, a questão principal a ser investigada neste trabalho é a resposta à seguinte pergunta: O que é segurança em turismo de aventura? Um sentimento? Uma realidade externa proporcionada pela existência de infraestrutura adequada, ou os dois aspectos? Além deste foco principal, através deste trabalho, outros questionamentos secundários também serão respondidos tais como: O que é turismo e turismo de aventura? O que é turismo de natureza? Realizar turismo de aventura no Brasil hoje é seguro? Quais são as normas e a regulamentação para o turismo de aventura? A segurança é algo pessoal em turismo de aventura? Até que ponto, segurança em turismo de aventura depende dos aspectos de infraestrutura do local, da operadora e da capacitação dos funcionários? Para a segurança nas atividades de turismo de aventura, o que é mais importante, a autoconfiança ou a infraestrutura adequada?

O objetivo geral desta pesquisa é, assim, identificar e analisar os aspectos objetivos e subjetivos da segurança, na prática do turismo de aventura. São objetivos específicos: analisar a relação entre os aspectos objetivos e subjetivos presentes na prática do turismo de aventura; identificar a diferença entre turismo de aventura e prática regular de um esporte de aventura; identificar a regulamentação, normatização e o processo de certificação para a prática das modalidades objeto deste estudo; identificar o perfil do turista de aventura praticante das modalidades objeto deste estudo; identificar aspectos emocionais envolvidos no turismo de aventura.

Para que os objetivos fossem alcançados, foram escolhidas três modalidades de turismo de aventura, respectivamente uma de terra: Cicloturismo, uma de água: Surfe, e uma de ar: Parapente. Neste sentido, foram eleitas três empresas que atuam com estas modalidades, situadas na cidade de Florianópolis-SC, para a pesquisa de campo junto aos turistas de aventura clientes dessas agências.

O presente trabalho está dividido em seis capítulos e dois apêndices.

O primeiro capítulo é a introdução, no qual se explica a razão do tema do trabalho escolhido, seus objetivos e a pertinência do mesmo. Também nesta introdução, se indica os caminhos metodológicos para a pesquisa de campo a ser desenvolvida.

O Segundo capítulo, apresenta conceituações de turismo e turismo de aventura. Desta forma, aborda as diversas definições para turismo, trata da segmentação do mesmo, da atratividade crescente do turismo de aventura, das modalidades de turismo de aventura e do ambiente predominante onde se desenvolvem as atividades de turismo de aventura.

O terceiro capítulo, apresenta conceituações sobre objetividade, subjetividade e segurança. Também apresenta definições para segurança objetiva e segurança subjetiva. conceitos importantes para a compreensão do objeto deste trabalho.

O capítulo quatro está dedicado a apresentar a metodologia utilizada nesta pesquisa.

No capítulo cinco, é apresentada a segurança objetiva e a subjetiva nas três modalidades de turismo de aventura escolhidas para este trabalho, com análise de resultados, juntamente com uma descrição geral do perfil dos turistas participantes da pesquisa e o resultado da pesquisa feita pela internet entre empresas que trabalham com o turismo de aventura.

No capítulo seis, como forma de conclusão do trabalho, são apresentadas considerações finais.

Na sequência, após as referências, estão os dois apêndices que são os dois questionários utilizados, o primeiro para os turistas e o segundo para as empresas.

2 TURISMO E TURISMO DE AVENTURA

2.1 CONCEPÇÕES DE TURISMO, TURISMO DE AVENTURA E SEGMENTAÇÃO DO TURISMO

Afinal o que é Turismo? A questão é polêmica e vários autores através dos anos têm procurado desenvolver uma boa definição. Primeiramente consideraremos a visão de alguns autores a partir de uma questão secundária, não no sentido de importância: Turismo é ou pode ser considerado uma ciência? Depois, a pergunta a ser explorada é se ele, o Turismo, pode ser considerado como Indústria? ou, finalmente, se o Turismo é um Fenômeno. Na sequência, é apresentada a definição de Turismo conforme a Organização Mundial do Turismo (OMT) e finalmente para o Sistemismo e a escola Estruturalista.

Segundo Pinho (2010) as opiniões acadêmicas sobre o fato de ser o turismo considerado uma ciência ou não ainda produzem algumas posições distintas. Existem alguns otimistas que acreditam que a produção científica existente já seja suficiente o bastante para considerar o turismo como uma ciência. Outros diferentemente, entendem que o turismo, como atividade humana, deve ser estudado pelas mais diversas disciplinas científicas e, por isso, não é e nunca chegará a ser uma ciência. Ainda outros, mais cautelosos e numerosos, acreditam que o turismo está caminhando no sentido de se tornar ciência, mas, para isto, as pesquisas precisam ser intensificadas.

De acordo com Fuster (1974, p.17):

Discussões sobre se o Turismo é ciência ou não, estão todavia na ordem do dia entre os investigadores. Mas entenda-se bem, sobre se é ciência própria e separada das demais, com características específicas, dado que os estudos do fenômeno turístico se realizam, como é lógico, com o auxílio de outras ciências: Economia, Estatística, Ciências Sociais, etc.

O que é claro, é que a discussão sobre se o turismo é ou não uma ciência já pode ser considerada relativamente antiga e diversos autores têm contribuído para uma *cientização* em andamento. Para Beni (2003) essa preocupação interrogativa tem se observado em alguns meios acadêmicos havendo uma discussão bastante acalorada no sentido de determinar se o

Turismo constitui ou não uma ciência, em que estágio de desenvolvimento se encontra e se poderia ser tratado como em etapa de se tornar uma área específica do conhecimento científico. Segundo o autor, os teóricos vêm desde a escola berlinense, passando por Fuster da escola Funcionalista, que compendiou pela primeira vez o conhecimento sobre Turismo, apresentando as diversas correntes de pensamento teórico até alguns autores mais da atualidade como Jafari, Ritchie e outros pela escola de Frankfurt que faz a crítica teórica dos marxistas que vêem o turismo circunscrito à relação de consumo, indo até os estruturalistas da corrente do sistemismo tendo como seus representantes principais Sessa, Beni, Pierre Lané, Boullón, Krippendorf, Aceranza, além dos fenomenologistas Cateno e Molina. Estudiosos do cotidiano como Maffesoli e Moesch também vêm investigando e propondo as bases de categorização epistemológica do turismo.

De acordo com Moesch (2002, p. 33-34) em sua tese de Doutorado,

Inexiste clareza epistemológica para a construção de teorias turísticas dentro da academia. A tradição cartesiana, predominante no saber científico, fundamenta a análise pela separação, do todo, em categorias, pressupondo que um campo do saber é suficiente para analisar e organizar as partes constituintes deste todo.

A interdisciplinaridade, existente na análise do Turismo, enquanto fenômeno social, cultural, comunicacional, econômico e subjetivo, avança a fronteira de uma única disciplina ou de um único campo do saber. Cabe à academia propor novas abordagens. A concepção interdisciplinar vem ao encontro enquanto método investigativo. Impõe um exercício fecundo sob o ponto de vista epistemológico, não deixando de salientar sua demasiada ousadia, diante dos nichos particularistas existentes nas universidades, onde os clássicos campos do saber são criteriosamente delimitados.

Passando à segunda questão: O turismo pode ser visto como uma *indústria*?

De acordo com Boullón (2002), o turismo não se constitui uma indústria, caso contrário existiriam fábricas com processos industriais que criariam o turismo como produto final ou intermediário. Contudo, os produtos utilizados para a prática do turismo se originam em diferentes ramos da indústria e não de uma específica.

Existe também uma visão econômica para o turismo. Segundo Beni (1998, p.36): "Turismo é uma importante indústria nacionalmente identificável. Compreende um amplo corte transversal de atividades componentes, incluindo a provisão de transporte, alojamento, recreação, alimentação e serviços afins" Para McIntosh (2000 p.34, apud LEMOS, 2003,p.1)

Por sua importância tanto na economia doméstica como na mundial, o turismo tem sido examinado detidamente pelos economistas, que se concentram na oferta, na demanda, na balança de pagamentos, no mercado de divisas, no emprego, gastos, desenvolvimento, multiplicadores e outros fatores econômicos. Este enfoque é útil já que proporciona um marco de referência para analisar o turismo e suas contribuições à economia e ao desenvolvimento econômico de um país. A desvantagem do enfoque estritamente econômico reside no fato de o turismo, apesar de ter efeitos econômicos, ter outros elementos. O enfoque econômico usualmente não dá atenção adequada aos elementos ambiental, cultural, psicológico, sociológico e antropológico.

Já Cunha (1997,p.230,apud LEMOS,op.Cit.p.1) questiona a acertabilidade para o termo indústria para o turismo. De acordo com este autor:

Se por indústria se entender o conjunto de operações que concorrem para a transformação das matérias-primas com vista à produção de riquezas ou o grupo de empresas consagradas a um mesmo tipo de atividade econômica, conclui-se que algumas atividades têm, no turismo, a característica de indústria, mas não há sentido falar em indústria no conjunto do turismo. Enquanto na atividade industrial as matérias-primas sofrem transformação física ou química, dando origem a um bem diferente, no turismo, os recursos se mantêm inalterados com sua utilização.

De acordo com Lemos (2003, op cit,p.2) em artigo veiculado na *Revista Turismo* em uma síntese de sua Tese de Doutorado

A corrente do desenvolvimento da Indústria do Turismo é uma das concepções mais apresentadas no mundo literário. A crítica que se constrói não é semântica, mas sim epistemológica. O objeto científico do Turismo não se revela ao se conceituá-lo como indústria. Esta é representada pelo conjunto de atividades produtivas que se caracterizam pela transformação manual de matérias-primas, ou com o auxílio de máquinas e ferramentas, no sentido de fabricar mercadorias.É sabido que a atividade turística, via efeito linkage (encadeamento), gera diversas atividades indiretas e induzidas que atingem os mais diversos setores da economia como a indústria e até a agricultura, por exemplo. Mas definitivamente e por definição, não é uma indústria, como de fato, um processo de industrialização ou um plano nacional de desenvolvimento industrial jamais contemplou o Turismo.

Nesta mesma linha de pensamento de acordo com Moesch (2000, p.20-21):

No processo de objetivação, sob o paradigma funcionalista, o Turismo é uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre indústria e comércio. Em razão de não ser uma atividade produtiva agrícola ou industrial, normalmente é classificada no setor terciário ou de serviços. A problemática é que o Turismo, muito mais que uma indústria de serviços, é fenômeno com base cultural, herança histórica, meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório que esta dinâmica sociocultural gera, parte de um fenômeno recheado de objetividade-subjetividade, que vem a ser consumido por milhões de pessoas. O Turismo é bem mais do que estas definições reducionistas: é um fenômeno com conseqüências culturais, sociais, políticas, comunicacionais que deve também ser estudado, principalmente por ter se convertido em direito, desejo de todos os cidadãos de qualquer classe social e de qualquer sociedade, seja ela desenvolvida ou não....Compreender a complexidade do desenvolvimento crescente da atividade turística é relevante não só a produtores, vendedores intermediários, consumidores, que continuam produzindo-o, vendendo-o, consumindo-o sem limites e critérios, sem outro fim que o próprio benefício do primeiro e a satisfação egoísta do consumidor. O comportamento mercadológico determinista que utiliza o Turismo como objeto de consumo do sistema econômico desconsidera suas multirreferencialidades, principalmente enquanto relação intercultural, passível de interferir e atribuir novas relações e códigos diferentes daqueles produzidos em série, segundo identidades reconhecidas e reconhecíveis em grupos primeiramente rotulados nativo/visitante, dominado/dominador.

A definição atual adotada para o turismo pela Organização Mundial do Turismo (OMT) é bem interessante ainda que possa ser considerada incompleta por muitos. As duas definições da OMT a seguir são uma de 1992 e a outra, a atual, de 1994:

Soma de relações e de serviços resultantes de um câmbio de residência temporário e voluntário motivado por razões alheias a negócios ou profissionais (OMT, 1992).

O turismo compreende as atividades desenvolvidas por pessoas ao longo de viagens e estadas em locais situados fora de seu enquadramento habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, para fins recreativos, negócios e outros (OMT, 1994).

Finalmente, a escola sistêmica e o estruturalismo, com a explanação do Sistema de Turismo – SISTUR, apresentada por Beni, oferecem uma boa compreensão do que seja turismo. O sistemismo, de forma geral, foi protagonizado por Ludwig von Bertalanffy, um biólogo austríaco que viveu entre 1901 e 1972 e que não concordava com a visão cartesiana do universo afirmando que o organismo é um todo maior que a soma das suas partes. O sistemismo apresenta os seguintes conceitos fundamentais: sistemas abertos, significando que sofrem interações com o ambiente, o que gera retroalimentações positivas e negativas. Toda organização é um. Por sua vez, sistemas fechados são aqueles que não sofrem influência do meio. Sinergia significa interação dos elementos do sistema. Retroalimentações significa que em um ciclo de retroalimentação uma saída é capaz de alterar a entrada que a gerou.

Sessa (1984) a partir de uma abordagem econômica para o turismo o apresenta como um sistema: “Os elementos do sistema são os turistas das regiões emissoras, as vias de trânsito, as regiões de destino e a indústria; estes quatro elementos estão inter-relacionados em conexões funcionais e espaciais”. (SESSA, 1984, p. 56).

Sobre a visão estruturalista do turismo, Moesch (2004), em sua tese de Doutorado, afirma que para Beni, a atividade do Turismo surge em razão da existência prévia do fenômeno turístico, um processo cuja ocorrência exige a interação simultânea de vários sistemas com atuações que se somam para levar ao efeito final. Querendo dizer, que para Beni, a existência do turismo é anterior à criação do método. O Turismo, sendo o resultado do somatório de recursos naturais do meio ambiente, culturais, sociais e econômicos, tem campo de estudo superabrangente, complexo e pluricausal. Exxplícita assim, necessidade de dispor de um quadro referencial dinâmico, flexível, adaptável, de leitura e compreensão fácil e simples, que integre toda essa colossal complexidade. Desta forma, a partir da Teoria Geral dos Sistemas, Beni constrói o Sistema de Turismo(SISTUR), a fim de conhecer a estrutura dessa atividade, que compreende diversos e complexos conjuntos de causas e efeitos que devem ser considerados.

De acordo com Beni (1997, p. 43-44):

O Turismo, na linguagem da Teoria Geral dos Sistemas, deve ser considerado um sistema aberto que, conforme definido na estrutura dos sistemas, permite a identificação de suas características básicas, que se tornam os elementos do sistema. Essa abordagem facilita estudos multidisciplinares de aspectos particulares do Turismo, possibilitando assim a realização de análises interdisciplinares a partir de várias perspectivas com um ponto de referência comum.

Pela conceituação de sistema como o conjunto de procedimentos, doutrinas, idéias ou princípios logicamente ordenados e coesos, com intenção de descrever, explicar ou dirigir o funcionamento de um todo, o autor situa o Turismo, em toda sua abrangência, complexidade e multicausalidade, em um esquema sintetizador dinâmico que demonstre as combinações multifacetadas de forças e energias, sempre em movimento, de modo a produzir um modelo referencial.

A partir dessa base conceitual o autor configura o diagrama de contexto do Sistema de Turismo, que permite visualizar três grandes conjuntos: o das Relações Ambientais, o da Organização Estrutural e o das Ações Operacionais, bem como seus componentes básicos e as funções primárias atuantes em cada um dos conjuntos e em interação no sistema total.

Dentro do subsistema das ações operacionais, Beni enfatiza as inter-relações de mercado e seus conceitos de oferta e produção, demanda e consumo, e de distribuição. Desta forma, ainda que não defenda uma definição de turismo como indústria, Beni, através do SISTUR, demonstra de forma sistemática e gráfica, a realidade objetiva do mercado de turismo. De acordo com Beni (1997, p.145) para cada produto turístico pode-se identificar um tipo de mercado real e potencial. Pode-se então falar de mercados turísticos. Os produtos não são homogêneos e intercambiáveis, mas diferenciados. Se existe um mercado para o turismo, então existe também uma segmentação para este mercado mas, o que é segmentação de mercado e como ela se apresenta para o mercado turístico?

2.1.1 Segmentação do mercado de turismo

De acordo com Beni (2003,p.149)

...a segmentação é a melhor maneira de estudar o mercado turístico: uma técnica estatística que permite decompor a população em grupos homogêneos e também a política de *marketing* que divide o mercado em partes homogêneas, com canais próprios de distribuição, motivações diferentes e outro fatores...

Segundo esse autor, existem duas formas de se segmentar o mercado turístico: por fatores comuns ou por motivos de viagem. Como fatores comuns são apresentados os seguintes segmentos: principais destinos geográficos, tipos de transporte, faixa etária, nível

econômico ou de renda, escolaridade, ocupação, estado civil e estilo de vida. Já por motivos da viagem, o Ministério do Turismo reconhece que o mercado pode ser segmentado em: turismo de negócios e eventos, turismo de esportes, turismo rural, turismo de aventura, turismo cultural, entre outros segmentos (BRASIL, s/d).

Para melhor compreensão do presente trabalho de pesquisa, é fundamental o entendimento do que vem a ser turismo de aventura.

2.1.2 Definição de turismo de aventura

Faz alguns anos que a atividade de turismo de aventura tem crescido no Brasil. De acordo com o manual *Turismo de Aventura: Orientações Básicas* (BRASIL,2010),o segmento nasceu com um pequeno grupo de pessoas dispersas geograficamente, de diferentes classes sociais e idades, que começaram a desenvolver atividades junto à natureza, passando a visualizar a possibilidade de fazer daquilo seu meio de vida.

Na década de 1980 houve as primeiras reflexões sobre Turismo de Aventura. Autores demonstravam tendência em considerar aspectos clássicos do termo somente como as possibilidades econômicas do setor, a necessidade da experiência turística em meio natural e a relação dos elementos de risco com a participação controlada do turista.

No fim dos anos 1990, os primeiros equipamentos para a realização de atividades de natureza (capacetes, caiaques infláveis, cordas, entre outros) começaram a ser produzidos no Brasil. Em 1999, foi organizada a primeira feira do setor de Turismo de Aventura, a *Adventure Sports Fair*, que proporcionou a promoção e conhecimento sobre as atividades do segmento. A feira teve um importante papel para o associativismo do segmento, quando algumas associações foram criadas.

Em 2001, a primeira definição de Turismo de Aventura foi elaborada no Brasil, na Oficina para a Elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Aventura, realizada em Caeté, Minas Gerais (BRASIL,2010).

Por fim, o Ministério do Turismo, em 2003, inicia o debate sobre a criação de um marco regulatório para o segmento. No mesmo ano, foi elaborado um diagnóstico nacional e internacional que visava identificar experiências de normatização, certificação e regulamentação da área, sendo posteriormente definido um novo conceito: “Turismo de aventura compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo” (BRASIL,2010).

Analisando esta definição, percebe-se que ainda que bastante interessante principalmente pela diferenciação que faz entre atividades de aventura de caráter recreativo das que seriam de caráter competitivo, ao utilizar o verbo compreende, apenas elenca o que faz parte do turismo de aventura. Não o define utilizando o verbo correto ontologicamente para uma definição: Turismo de Aventura é...

Para se entender o conceito de turismo de aventura, é importante afirmar-se o que a atividade não é. Neste sentido, fazendo coro com a diferenciação que a definição atual faz entre atividade recreativa e atividade competitiva, fica claro que turismo de aventura não é o mesmo que esporte ou desporto de aventura, também conhecido muitas vezes como esporte alternativo, radical ou extremo, ainda que, em alguns destinos do turismo de aventura, as mesmas modalidades do desporto possam ser experimentadas, porém serão mesmo, ou deverão ser sempre de caráter recreativo e lúdico e não competitivo. Entretanto, uma vez que a competição é algo natural e culturalmente inserido em nossa sociedade, é fácil acontecer que durante atividades claramente tidas como realizadas por turistas, esse aspecto, a competição, se apresente, até como uma forma de obter-se ainda mais adrenalina na corrente sanguínea, o que, em geral, caracteriza as atividades realizadas em turismo de aventura.

De acordo com artigo publicado na Revista Educação Física nº 18 de Novembro de 2005, a professora Vera Costa, concorda que a orientação da atividade esportiva em si é de exclusiva responsabilidade dos profissionais de Educação Física, mas acredita que a interferência do Ministério do Turismo pode ser benéfica para o setor, para a sociedade e para esses profissionais.

Essa autora considera ainda, em seu texto, que o Ministério do Turismo, de forma transparente e em bom tempo, está promovendo uma certificação do Turismo de Aventura no Brasil, buscando qualidade na oferta dessas atividades e esbarrou com a área afim - o esporte de aventura - nas competências dos condutores de turismo de aventura. No mesmo artigo, Costa afirma ainda:

Não vejo disputa. O Ministério do Turismo está promovendo uma certificação do Turismo de Aventura no Brasil juntamente com o Instituto de Hospitalidade (IH), Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura (ABETA), Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), buscando qualidade na oferta dessas atividades e esbarrou com a área afim - o esporte de aventura. Mas é importante frisar que o fez com legitimidade e transparência junto ao Ministério do Esporte e aos pequenos empresários que atuavam nessa área. Não vejo disputa com o turismo. Nosso condutor esportivo, em sua

maioria, não se profissionalizou ainda. O praticante não é, muitas vezes, Profissional de Educação Física, mas profissional ou universitário de geologia, biologia, engenharia e de outras áreas, ou não tem formação acadêmica alguma, praticando a atividade como lazer, acompanhando outros que têm interesses comuns aos seus. Sua atividade é lúdica, no sentido estético, exploradora de outros territórios. Com a pressão por segurança e qualidade da certificação do turismo, os condutores da área esportiva também precisarão se reordenar.

O condutor esportivo de aventura recebe um grupo de pessoas e se embrenha pela natureza livremente, sem qualquer referência de localização ou autorização de quem quer que seja. Recebe grupos heterogêneos. Desconhece seus níveis de habilidade, condicionamento físico e saúde. Desconhece as doenças pregressas daquelas pessoas. Desconhece, na maioria das vezes, que tipos de atividade física lhes são permitidas ou proibidas. No entanto, os trata de modo homogêneo, como se os participantes tivessem as mesmas condições físicas e biológicas, colocando a saúde destes em risco. A formação biológica, de treinamento desportivo, de didática do curso de graduação em Educação Física formam a base desse conhecimento para individualizar essa atenção à clientela. No entanto são precárias nas técnicas da multiplicidade e variabilidade de ofertas desses esportes, no atendimento psicológico e na valorização do meio ambiente, no caso dos esportes praticados na natureza (COSTA,2005, in REVISTA E.F. Nº 18)

No mesmo artigo o advogado e esportista Cláudio Consolo, então Presidente da Associação Brasileira de Parapente, que vinha discutindo intensamente esta questão com diversas entidades envolvidas no setor, lembra que as manifestações lúdicas de caráter esportivo são consideradas esportes pela legislação esportiva brasileira e adverte que a atuação do Ministério do Turismo, no caso, é manifestamente ilegal. De acordo com Consolo:

Os esportes de aventura, em sua maioria, possuem uma importante vertente que pode ser chamada de turismo de aventura, que não passa da cadeia econômica gerada pela atividade esportiva. O ponto de contato entre os esportes de aventura e o turismo é esta atividade econômica gerada pelas práticas esportivas de aventura. Ou alguém tem dúvida de que o passageiro do vôo duplo em parapente, do salto duplo em pára-quedas e os participantes de qualquer atividade que os esportes de aventura oferecem - a título oneroso ou não - estão inseridos numa prática esportiva recreativa, devendo, portanto, ser classificados como esportistas nesta perspectiva e que a questão turística da atividade gira em torno, tão somente, da cadeia econômica gerada pelo esporte? (CONSOLO, 2005, in REVISTA E.F. Nº 18)

O que fica claro é que existe uma diferença significativa entre turismo de aventura e esporte de aventura ou entre o turista de aventura e o desportista de uma determinada modalidade considerada de aventura como o vôo livre, por exemplo. A principal diferença está exatamente na assiduidade, na constância com que uma mesma modalidade de atividade de aventura é praticada por alguém. O desportista a pratica com certa regularidade, e detem conhecimentos que o credenciam para uma prática constante da modalidade, sem que necessite de alguém mais experiente para conduzi-lo na atividade. Já o turista, na maioria das vezes, está tomando contato com a modalidade pela primeira vez, e mesmo que seja a segunda ou terceira vez, necessitará, e dependerá de um guia ou instrutor, com boa experiência na modalidade.

Desta forma, pelo exposto acima, fica claro que Turismo de Aventura, não é o mesmo que Esporte de Aventura, em uma definição pura, embora estejam intrinsecamente relacionados. Então, a pergunta permanece, como podemos entender melhor o Turismo de Aventura?

Existem alguns termos relacionados à atividade que podem auxiliar. Neste sentido, o Ministério do Turismo (2005,p.10) no documento TA-MTur-IH-08 elaborado com o objetivo de se estabelecer um panorama conceitual de algumas áreas e aspectos relacionados ao turismo de aventura, apresentou alguns conceitos que passaram a ser aceitos no País:

Recreação de Aventura – Adventure Recreation

Uma variedade de iniciativas independentes para a prática de atividades utilizando uma interação com o meio ambiente natural, o qual contém elementos de risco, aparente ou real, em que o resultado, mesmo que incerto, possa ser influenciado pelo participante e pelas circunstâncias.

Educação de Aventura – Adventure Education

A exposição direta e proposital de indivíduos a experiências desafiadoras, e com alto nível de aventura, com o objetivo de promover uma mudança interpessoal e intrapessoal nas relações humanas,

Educação ao Ar Livre - Outdoor Education

A educação ao ar livre é um método experiencial de aprendizado em que se usam todos os sentidos. Acontece primordialmente mas não exclusivamente, pela exposição ao meio ambiente natural. Na educação ao ar livre, a ênfase do aprendizado está nas relações que são desenvolvidas relacionadas às pessoas e aos recursos naturais.

Aventura – Adventure

Uma experiência em que o resultado é incerto porque alguma informação pode não estar disponível, ser imprecisa ou desconhecida. É similar ao lazer: um estado mental, escolhido livremente, intrinsecamente motivador e que pode levar a uma experiência especial. (BRASIL2005).

Moron e Bassinello (2011), em seu artigo intitulado Ecoturismo x Turismo de Aventura: Dialogando Conceitos, afirmam o seguinte:

A atividade de aventura está, na maioria das vezes, associada ao turismo na natureza, sendo praticada em unidades de conservação e em seu entorno ou em ambientes naturais relativamente bem preservados, apresentando, portanto, forte intersecção com o ecoturismo, o que leva muitas vezes, à confusão entre as duas atividades (ABETA, 2009, p.33).

Já o turismo de aventura recebeu uma concepção mais específica para a atividade apenas em 2001, na elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do turismo de aventura, realizada em Caeté, MG: segmento do mercado turístico que promove a prática de atividades de aventura e esporte recreacional, em ambientes naturais e espaços urbanos ao ar livre, que envolvam riscos controlados exigindo o uso técnico e equipamentos específicos, adoção de procedimentos para garantir a segurança pessoal e de terceiros e o respeito ao patrimônio ambiental e sociocultural. (BRASIL, 2005, p.10).

Por outro lado, Swarbrooke (2003, p.28) relaciona o Turismo de Aventura à elevação espiritual do participante, atraindo uma proporção cada vez maior da população que está “em busca de auto realização e prazer através de atividades físicas e mentais estimulantes”. (ABETA, 2009).

Atualmente diversas discussões conceituais percorrem em torno da definição do turismo de aventura, porém sabe-se atualmente que o risco, a adrenalina e o poder de superação compreendem as principais motivações desta determinada segmentação, “no Turismo de Aventura dá se preferência à atividade física e situações desafiadoras. (ABETA, 2009).

2.2 POR QUE O TURISMO DE AVENTURA É CADA VEZ MAIS ATRAENTE?

2.2.1 Aventura e viagem

O que é aventura? Do latim *ad venture*, significa o que está por vir, o esperado e também o inesperado. Neste sentido, viajar, será sempre uma aventura. Quem não gosta de viajar? Somente aqueles que não gostam de aventura, pois quando se planeja uma viagem, qualquer que seja, sempre a idéia é sair em busca de uma aventura, porque sempre acontecem

fatos esperados e inesperados (o que está por vir). De acordo com Rafaela Marques (2011) em *Risco percebido e estratégias de redução de risco no turismo de aventura* no contexto social de uma vida rotineira e tumultuada e com bastante *stress*, as pessoas vêm buscando cada vez mais, atividades que contribuam para fugir dessa realidade, estando em evidência, neste sentido, aquelas que se desenvolvem em contato com a natureza.

Se, pois, viajar já é uma aventura em si, porque as pessoas acrescentam, aos lugares que irão visitar, atividades esportivas, geralmente em contato com a natureza, que envolvem um certo risco? Certamente o fazem na busca de mais aventura, que trará a experimentação de novas emoções. De acordo com Marinho e Inácio (2007, p.4) em *Educação Física, meio ambiente e aventura: Diálogos possíveis*:

Por meio da aventura na natureza acontecem experiências, nunca antes imaginadas: descer corredeiras de rios em botes infláveis ou cachoeiras por meio de cordas, explorar cavernas ou enfrentar obstáculos em trilhas no meio de florestas. Estas atividades abrangem emoções e sentimentos que extrapolam suas formas e conteúdos, pois se relacionam a rituais, mitos, temores, bem como a imagens de aventura, de risco, de ousadia, de distinção, estilo de vida e outros.

Na mesma linha de pensamento, Da Silva e De Freitas (2010, p.221e222) em *Emoções e riscos nas práticas na natureza: uma revisão sistemática* afirmam:

As práticas corporais na natureza estão crescendo consideravelmente, na qual as pessoas buscam nestas atividades múltiplas formas e, intenção de aventurar-se em busca das emoções e dos riscos que estas manifestações proporcionam, as quais se caracterizam fortemente com o trabalho em equipe, e exprime o respeito à natureza, assim como na promoção ambiental (SPINK; ARAGAKI; ALVES, 2005 apud Da Silva e De Freitas,2010, p.221e222).

Para compreender melhor este fenômeno, recorre-se aos estudos dos sociólogos Elias e Dunning (1992) nos quais a preocupação incide na busca da excitação e emoção, constituindo-se por formas de alívio da repressão social, assim, tais sensações permitem ao sujeito sentir-se o agente principal nestes momentos em que as obrigações sociais desdenham a competência destes indivíduos, tornando singular essa busca pela excitação... (DA SILVA e DE FREITAS. op. cit, p.221 e222)

2.2.2 Corpo e alma na atividade física

A Psicologia do Esporte é a ciência que estuda como as emoções afetam o desempenho nas atividades desportivas de alto rendimento, onde a competição e a exigência dos treinamentos costumam gerar alguns desequilíbrios emocionais. De acordo com Rúbio (2003) a psicologia do esporte tem desenvolvido programas de treinamento psicológico que envolvem técnicos, treinadores e atletas visando ao melhor desempenho em competições do chamado esporte de alto rendimento. Isto visa, entre outras coisas, modos de manejo e enfrentamento do *stress* competitivo, controle da atenção e concentração, incremento da comunicação, desenvolvimento de liderança e coesão de equipe. Ainda segundo a mesma autora, ao longo dos anos, temas como motivação, personalidade, agressão e violência, liderança, dinâmica de grupo, bem-estar psicológico, pensamentos e sentimentos dos atletas, ampliaram sobremaneira o universo de estudo e aplicação da psicologia do esporte. De acordo com Lavoura, Schwartz e Machado (2008), é comum encontrar na literatura clássica da Psicologia alguns autores que estabelecem uma distinção entre emoções positivas, como alegria, felicidade e satisfação, e emoções negativas, tais como tristeza, medo e ansiedade. (LAVOURA, T.N.; SCHWARTZ, G.M. & MACHADO, A.A. 2008, p.124)

Nesta linha de pensamento, no turismo de aventura, ainda que por definição, suas atividades, teoricamente não envolvam a competição, as mesmas emoções negativas e positivas são experimentadas, conforme observado na presente pesquisa. A ansiedade, dentre as negativas, vivida antes das atividades, foi manifestada por quase todos participantes. O medo, seu enfrentamento e a vitória sobre ele, embora não tenha aparecido como uma das principais emoções experimentadas, possivelmente esteve presente, ainda que não declarado, talvez tenha sido disfarçado dentro da palavra ansiedade. As emoções chamadas positivas como alegria, satisfação e felicidade, foram expressadas por praticamente todos que participaram da pesquisa. É exatamente isto, essas emoções positivas que sempre são experimentadas nas atividades de turismo de aventura, que se constitui em um dos maiores fatores motivacionais para se fazer turismo de aventura. É divertimento e alegria garantido, mesmo que seja só ao final, quando a sensação de realização substitui o tremor nas pernas, experimentado por alguns como efeito da descarga de adrenalina vivida.

De acordo com Marinho (2006) o buscar novas emoções, se relaciona com o risco encontrado na natureza desconhecida. O risco e o prazer convivem ao mesmo tempo despertando no praticante de atividades de aventura junto à essa natureza, a sensação de conhecer o novo. Isto reflete a oportunidade de novos significados a vida humana, pois o sentido de vencer obstáculos naturais traz sentimentos de conquista e auto-realização. Muitas vezes se realizam movimentos do corpo, não comuns, de muito esforço e se é submetido a situações extremas e marginais.

Através de uma pesquisa realizada entre turistas que aproveitavam as atividades oferecidas pelo parque Unipraias de Balneário Camboriu-SC, foi possível identificar qual a principal motivação para as pessoas que lá estiveram, praticarem as três atividades de aventura lá oferecidas: Trenó (Youhoo), Tirolesa (Zipider) e Arvorismo. O que acontece, em termos de suas emoções, quando o turista se atira em atividades específicas de aventura, o que sentem os turistas aventureiros, que tipo de emoções? Na ocasião foram entrevistados turistas com um questionário que continha três níveis de perguntas por assunto: em primeiro lugar procurou-se identificar o perfil do turista quanto a sua idade, sexo, ocupação e também quanto à companhia escolhida para a atividade no caso do trenó No segundo bloco buscou-se identificar aspectos quanto ao risco, a motivação e se o risco faz parte dessa motivação. Finalmente, o questionário continha perguntas quanto às emoções vividas pelos turistas, antes, durante e depois da atividade. Foram entrevistados quatro turistas na modalidade arvorismo, oito na modalidade tirolesa e 16 na modalidade trenó, num total de 28 turistas.

Os resultados alcançados foram os seguintes:

No que diz respeito ao perfil, em arvorismo foram entrevistadas três mulheres e um homem, todos na faixa etária adolescente/jovem e com ocupações diversas. Dos oito participantes da tirolesa, cinco eram mulheres e três homens, dois participantes eram jovens / adolescentes, quatro eram adultos e os outros dois de meia idade. Cinco entrevistados possuíam diversas ocupações e três eram estudantes. No trenó, os entrevistados foram oito homens e oito mulheres, sendo oito adolescentes/jovens, seis adultos e dois de meia idade. Dentre estes entrevistados, nove eram estudantes e os demais tinham ocupações diversas. Nesta classe, a do trenó, verificou-se que a companhia escolhida pela maioria, para a atividade, foi a turma de amigos enquanto dois participantes optaram pela companhia de namorado(a) e outros quatro, da família.

No que se refere ao aspecto motivação e risco, em arvorismo, todos os quatro participantes acreditavam não haver risco na atividade. Os termos utilizados nas respostas

para explicar a expectativa de cada um foram diferentes, porém com semelhanças: *sentir algo diferente, aventura, ser legal e ter coragem*.

Na tirolesa, seis pessoas, ou seja 75% dos entrevistados, acreditavam não haver risco na atividade enquanto duas pessoas, 25% do total, acreditavam sim, haver risco na atividade. Nesta modalidade ainda, quatro pessoas responderam à questão se o risco fazia parte de sua motivação. Três disseram que sim e apenas uma disse que não, as outras quatro não opinaram. Quanto à expectativa do que iriam viver, a maioria esperava por adrenalina enquanto três utilizaram os termos *aventura, liberdade e, vencer o medo*.

No trenó, todas as 16 pessoas entrevistadas afirmaram não haver risco na atividade. Oito responderam também sobre à questão de se caso o risco fizesse parte da atividade, viria a ser um fator motivacional para a atividade. Apenas dois entrevistados disseram que sim.

Finalmente, no que se refere às emoções vividas antes, durante e depois da atividade, os resultados foram os seguintes: no arvorismo, as quatro pessoas entrevistadas afirmaram ter vivido uma *experiência excelente*, três delas sentiram *ansiedade* antes e uma, *medo*. Durante a atividade, uma sentiu *alegria*, outra, *muito medo*, enquanto duas afirmaram ter se sentido *assustadas*. Quanto ao sentimento após a atividade, os quatro turistas foram unânimes em afirmar que se sentiram *felizes*. Na tirolesa, das oito pessoas entrevistadas, 100% também afirmou terem vivido uma *experiência excelente*. O sentimento antes da atividade, também foi o mesmo para todos, *ansiedade*. Para o sentimento vivido durante a descida, há um maior número de respostas do que de entrevistados, porque alguns marcaram mais do que uma opção de resposta. Assim, o sentimento de *euforia* foi marcado sete vezes, enquanto *alegria* foi marcado quatro vezes. Nenhum dos entrevistados marcou “muito medo”, “assustado” ou “prazer”. Quanto ao sentimento após a descida, também aqui, alguns entrevistados marcaram mais que uma opção. Seis respostas foram para a opção *realizado* e outras quatro para *feliz*. Ninguém marcou “frustrado” ou “triste”. Por fim, para a atividade de trenó, dos 16 turistas entrevistados, 10 afirmaram ter vivido uma *experiência excelente* e os outros seis, uma *boa experiência*. Ninguém achou ruim ou péssima. Quanto ao que sentiram antes da descida do trenó, apenas 12 responderam, e a resposta unânime foi que sentiram *ansiedade*. Ninguém afirmou sentir medo ou vontade de desistir, muito menos nervosismo. Quanto ao período de descida do trenó, apenas 14 responderam. *Euforia* foi o sentimento marcado por nove delas, quatro marcaram *alegria* e apenas uma, *assustado*. No que se refere ao sentimento que experimentaram após a descida do trenó, alguns entrevistados também responderam com mais que uma opção. Assim, houve nove respostas para o sentimento de *realizado*, seis para o

sentimento de *felicidade* enquanto três se sentiram *frustrados*. Ninguém estava triste ou chateado.

2.3 MODALIDADES DE TURISMO DE AVENTURA

A fim de que se tenha maior compreensão das questões referentes à objetividade e subjetividade na segurança em turismo de aventura, faz-se necessário o conhecimento das modalidades de atividades de aventura praticadas pelos turistas aventureiros. De acordo com a publicação *Turismo de Aventura Orientações Básicas* (MTur 2010), as atividades podem ser classificadas em atividades de terra, de água e de ar.

A diversidade de atividades de Turismo de Aventura que materializam esse segmento varia sob diferentes aspectos em função dos territórios em que são operadas, dos equipamentos, habilidades e técnicas exigidas em relação aos riscos que podem envolver e da contínua inovação tecnológica. Optou-se por agrupar as atividades de Turismo de Aventura mais conhecidas pelo mercado utilizando três elementos da natureza (terra, água e ar), cientes de que algumas podem envolver mais de um desses elementos ao mesmo tempo e ocorrer em ambientes diversos, fechados, ao ar livre, em espaços naturais ou construídos.

Assim, de acordo com a mesma publicação, são consideradas atividades de terra, com suas respectivas descrições as seguintes:

- a) Arvorismo: Locomoção por percurso em altura instalado em árvores ou em outras estruturas;
- b) *Bungeejump*: Atividade em que uma pessoa se desloca em queda livre, limitada pelo amortecimento mediante a conexão a um elástico. O elástico é desenvolvido especificamente para a atividade;
- c) Cachoeirismo: Descida em quedas d'água, seguindo ou não o curso d'água, utilizando técnicas verticais
- d) Canionismo: Descida em cursos d'água, usualmente em cânions, sem embarcação, com transposição de obstáculos aquáticos ou verticais. O curso d'água pode ser intermitente.
- e) Caminhada: Percursos a pé em itinerário predefinido. Caminhada (sem pernoite) Caminhada de um dia. Também conhecida por *hiking*;

- f) Caminhada de longo curso: Caminhada em ambientes naturais, que envolve pernoite. O pernoite pode ser realizado em locais diversos, como acampamentos, pousadas, fazendas, bivaques, entre outros. Também conhecida por *trekking*;
- g) Cavalgadas: Percursos em vias convencionais e não convencionais em montaria, também tratadas de Turismo Equestre;
- h) Cicloturismo: Atividade de turismo que tem como elemento principal a realização de percursos com o uso de bicicleta, que pode envolver pernoite (MTUR.2010).

As atividades de arvorismo, *bungeejump*, cachoeirismo, canionismo, caminhada de longo curso, cicloturismo, espeleoturismo, escalada, montanhismo, *rapel*, turismo fora de estrada e tirolesa encontram-se definidas pela norma ABNT NBR 15500 – Turismo de Aventura – Terminologia.

- a) Espeleoturismo: Atividades desenvolvidas em cavernas, oferecidas comercialmente, em caráter recreativo e de finalidade turística. Espeleoturismo vertical. Espeleoturismo de Aventura: que utiliza técnicas verticais;
- b) Escalada: Ascensão de montanhas, paredes ou blocos rochosos, com aplicação de técnicas e utilização de equipamentos específicos;
- c) Montanhismo: Atividade de caminhada ou escalada praticada em ambiente de montanha;
- d) Turismo fora-de-estrada em veículos 4x4 ou *bugues*: Atividade de turismo que tem como elemento principal a realização de percursos em vias não-convencionais com veículos automotores. O percurso pode incluir trechos em vias convencionais;
- e) Tirolesa: Produto em que a atividade principal é o deslizamento do cliente em uma linha aérea ligando dois pontos afastados na horizontal ou em desnível, utilizando procedimentos e equipamentos específicos.

São consideradas atividades de água com suas respectivas descrições, as seguintes.

- a) Bóia-*cross*: Atividade praticada em um minibote inflável, onde a pessoa se posiciona de bruços para descer o rio, com a cabeça na extremidade frontal e os pés na parte final da bóia, já praticamente na água. Também conhecida como *acquaride*;
- b) Canoagem: Atividade praticada em canoas e caiaques, indistintamente, em mar, rios, lagos, águas calmas ou agitadas;

- c) *Duck*: Descida de rios com corredeiras utilizando botes infláveis e remos, com capacidade para até duas pessoas;
- d) Flutuação / *Snorkeling*: Atividade de flutuação em ambientes aquáticos, com o uso de máscara e *snorkel*, em que o praticante tem contato direto com a natureza, observando rochas, animais e plantas aquáticas. Usualmente utilizam-se coletes salvavidas;
- e) *Kitesurfe*: Atividade que utiliza uma prancha fixada aos pés e uma pipa de tração com estrutura inflável, possibilitando deslizar sobre a superfície da água e, ao mesmo tempo, alçar voos executados sobre superfícies aquáticas, com ventos fracos ou fortes;
- f) Mergulho autônomo turístico: Produto turístico em que a atividade principal é o mergulho autônomo e o praticante não é necessariamente um mergulhador qualificado;
- g) *Rafting*: Descida de rios com corredeiras utilizando botes infláveis;
- h) *Windsurfe*: Atividade praticada em ambientes aquáticos, também denominada prancha a vela, que se serve, basicamente, de técnicas do surfe e da vela.

Acrescentam-se, para fins da presente pesquisa, as atividades de surfe, que é a flutuação através do movimento das ondas do mar, em cima de uma prancha, ao longo do maior trecho possível dessa onda.

São consideradas atividades de ar com suas respectivas descrições, as seguintes.

- a) Balonismo: Atividade aérea feita em um balão de material anti-inflamável aquecido com chamas de gás propano, que depende de um piloto;
- b) Paraquedismo: Salto em queda livre com o uso de páraquedas aberto para aterrissagem, normalmente a partir de um avião. Como atividade de Turismo de Aventura, é caracterizado pelo salto duplo;
- c) Vôo Livre (Asa Delta ou Parapente): Atividade com uso de uma estrutura rígida que é manobrada com o deslocamento do peso do corpo do piloto ou por superfícies aerodinâmicas móveis (asa delta), ou até por ausência de estrutura rígida como cabos e outros dispositivos (parapente).

Para fins desta pesquisa foram escolhidas as atividades de Cicloturismo (terra), surfe (água) e Parapente (ar).

2.4 O AMBIENTE PREDOMINANTE DO TURISMO DE AVENTURA: A NATUREZA

As atividades relacionadas ao turismo de aventura podem ser realizadas em ambientes urbanos ou fechados, entretanto, a maioria delas se desenvolve em contato direto com a natureza.

Conforme Marinho (2009, p. 1):

Inúmeros fatores indicam o crescimento expressivo da visitação em áreas naturais no Brasil e no mundo e, de acordo com uma pesquisa realizada pelo Ministério do Meio Ambiente, as atividades de aventura na natureza enquadram-se entre os segmentos mais promissores do mercado de turismo, com um crescimento mundial estimado entre 10% e 30% ao ano (BRASIL, 2006. Apud MARINHO. 2009.P.1).

Uma vez que as atividades de aventura são assim realizadas em contato direto com a natureza, existe, ou deve existir sempre, a preocupação com a preservação do meio ambiente, com a sustentabilidade no uso inteligente dessa natureza, o que tem ganho atenção cada vez maior de líderes em todo mundo. De acordo com Raimundo (2011), foi pelas viagens, organizadas ou não, que a sociedade ocidental recuperou o gosto pela natureza, seja nas montanhas, mar ou praia. Estes locais se transformaram em atrativos, desencadeando fluxos das cidades européias e se transformando num rentável setor econômico. Desta forma, o turismo, em especial o segmento do turismo de massa se consolidou em uma atividade que promove grandes transformações no ambiente. Grandes modificações nos destinos turísticos passaram a fazer parte do processo. A natureza é então entendida, dentro de uma lógica capitalista, como fonte de recursos inesgotáveis. As transformações naturais e culturais são tão severas nos pólos receptivos que tais locais, saturados de interferências, fizeram os profissionais de turismo repensarem suas atitudes para com o meio. Segundo o mesmo autor, nesse início do século XXI há diversos métodos e técnicas para analisar a natureza e sua utilização humana, destacando suas potencialidades para uso e suas fragilidades. Desta forma, as atividades de aventura na natureza são também, atualmente pautadas por esses questionamentos. Faz-se necessário estabelecer limites e possibilidades das práticas dos esportes de aventura na natureza. Neste sentido, a palavra “impacto” surge fortemente nos encontros dessa temática. Planejamento e gestão das atividades de aventura na natureza passam a ser importantes nos debates de turismo. Destarte, nessa relação entre sociedade e natureza, e marcadamente nas práticas de aventura, o termo “impacto” aparece

frequentemente, ora como motor de transformações severas na paisagem, e daí seu atributo negativo; ora como fator de desenvolvimento local e de experiência do visitante, daí seu caráter positivo.

Surge então uma questão central: como aumentar os impactos positivos produzidos pelas atividades de aventura na natureza e como reduzir os negativos? A ideia de impacto positivo está aqui mais associada com as questões de desenvolvimento local e de experiência de visitação. Tem assim seu foco na comunidade local e no frequentador da área. E o impacto negativo está no entendimento dos fluxos da natureza. Nesse sentido, seu foco é o ambiente onde essas práticas de aventura se processam. Para que se possa potencializar os impactos positivos causados pelas atividades de aventura na natureza, devem-se considerar os anseios e necessidades das comunidades locais onde as atividades de aventura se darão. As estratégias de planejamento participativo envolvendo a comunidade podem assim ser uma ferramenta adequada na busca dessas estratégias. Ao mesmo tempo, para a melhoria da experiência de visitação, deve-se pensar na implantação de técnicas de interpretação ambiental no roteiro de atividades oferecido aos praticantes de esportes de aventura. Assim, é necessário pensar no ambiente onde as atividades serão desenvolvidas, e verificar como podem ser reduzidos os problemas na natureza quando da realização das atividades de aventura.

Conforme o Manual *Turismo de Aventura: orientações básicas* (MTur.2010) ao versar sobre as atividades de aventura na natureza:

O turismo pode causar impactos positivos ou negativos, a depender da forma como ocorre. Essa deve ser uma preocupação constante para todos os envolvidos na operação do Turismo de Aventura. É dever da empresa gerenciar esses impactos de forma a se tornar o mais consciente possível dos efeitos que causa no ambiente (natureza e ser humano) local, com o objetivo de potencializar os impactos positivos e buscar ações para mitigar ou compensar os negativos. (BRASIL,2010,p.58).

De acordo com o Manual podem ser considerados exemplos de impactos positivos os seguintes:

- a) Aumento da consciência e da percepção, tanto das comunidades locais quanto dos visitantes para a importância da conservação e proteção dos recursos naturais;
- b) Aumento dos investimentos públicos e privados para a conservação e proteção dos recursos naturais;
- c) Adoção de práticas de uso sustentável dos recursos ambientais da população;

- d) Melhoria das condições sanitárias relacionadas à infra-estrutura básica e o uso de tecnologias limpas nas construções servindo para turistas e comunidade como modelo para outras construções.

Quanto aos impactos negativos, podem ser os seguintes:

- a) Poluição gerada pelo turismo (esgoto sem tratamento, aumento dos resíduos sólidos, lixo e depredações em trilhas e atrativos turísticos);
- b) Uso não sustentável dos recursos (desmatamento para instalação de equipamentos, por exemplo);
- c) Degradação da paisagem;
- d) Alteração no comportamento da fauna pelo excesso de visitantes ou falta de conduta consciente por parte deles.

2.4.1 A importância dos Parques Nacionais

A maior parte das atividades de turismo de aventura no Brasil é praticada junto aos Parques Nacionais que são Unidades de Conservação. A preocupação com a preservação da natureza e com uso sustentado é antiga. A forma como o homem interagia com ela já nas primeiras décadas do século passado e a visão da necessidade de cuidados para o futuro, são expressos no capítulo quatro do livro *Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil, anos 1920 – 1940*, (FRANCO e DRUMMOND, 2009 p. 174 e 176):

intitulado Carlos Hoehne e a Conservação da Natureza em São Paulo,

[...] O problema mais sério era a destruição que incidia sobre um patrimônio que não podia ser reconstruído pelo homem. Além do mais, o valor deste patrimônio transcendia o uso econômico imediato. Esse valor a mais era medido fundamentalmente por um critério ético, que envolvia uma apreciação estética do mundo natural. Como conjunto de seres interdependentes, constituintes de uma totalidade orgânica [...]. Hoehne acreditava na possibilidade de uma relação de simbiose do artefato humano com o mundo natural. Embora se encantasse com a beleza, que, por si só, devia garantir a existência de plantas e animais, sua concepção de natureza sugeria um consórcio, no qual a preservação de faixas da floresta nativa propiciava *habitats* para pássaros e insetos que protegiam as culturas agrícolas de predadores e parasitas, além de um efeito benéfico sobre o clima e o regime das chuvas. Foram várias as suas propostas de criação de áreas destinadas a reservas florestais.

De acordo com o *site* <http://www.cataratasdoiguacu.com.br>, no Brasil, cabe ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, criado em 28 de agosto de 2007, pela Lei 11.516, executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União, tendo ainda sob sua responsabilidade, fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das Unidades de Conservação federais.

Toda esta preocupação com a preservação da natureza (*wilderness*), começou na América do Norte conforme descreve Nash (2001) ao fazer referência aos pensamentos de Henry David Thoreau, escritor, poeta e filósofo norte-americano, agrimensor, naturalista e de tendência transcendentalista (movimento norte-americano que filosofa sobre a unidade de Deus e o homem). Tornou-se um problema o fato do que fazer com a *wilderness* depois de refletir no seu estado, e no que havia se perdido. Alguns americanos pensaram na conservação, mas áreas protegidas, era uma ideia que *brigava* com ideais civilizatórios. Apesar dos pensamentos do Thoreau serem desoladores no começo, foi o primeiro a pensar em salvar o que não tinha sido tocado. Índios, búfalos e *wilderness* podiam não sumir totalmente da civilização se o governo os protegesse dentro de um parque. Sugeriu que alguns lugares fossem protegidos e deixados na *wilderness* por modéstia e reverência e pelo fato de aceitar que a terra tem outros usos além dos que exploramos. O autor critica e descreve o olhar materialista da natureza, mas para ele o dilema da *wilderness* civilização resolvia-se na criação de áreas protegidas.

De acordo com o *sítio eletrônico* <http://www.oeco.org.br>, Unidade de Conservação (UC) é a denominação dada pelo SNUC (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000) às áreas naturais passíveis de proteção por suas características especiais. São

[...] espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (Lei 9.985. Art. 2º, I).

Ainda de acordo com a mesma publicação. As UC têm a função de salvaguardar a representatividade de porções significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, *habitats* e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente. Além disso, garantem às populações tradicionais

o uso sustentável dos recursos naturais de forma racional e ainda propiciam às comunidades do entorno o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis.

Recentemente o Governo Federal lançou o “Programa de Turismo nos Parques” com finalidade de que todo potencial turístico dessas áreas protegidas possa ser aproveitado de forma sustentável. De acordo com o *site* www.icmbio.gov.br, o turismo, ao mesmo tempo em que fortalece a apropriação das unidades de conservação pela sociedade, dinamiza as economias locais e incrementa os recursos financeiros para a manutenção dessas áreas. O desafio está em desenvolver um turismo responsável e integrado à diversidade sociocultural, aos conhecimentos tradicionais e à conservação da biodiversidade. Neste sentido, o Ministério do Meio Ambiente, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, o Ministério do Turismo e a EMBRATUR lançaram o Programa de Turismo nos Parques. Essa iniciativa baseou-se em estudos realizados no Plano de Ação para Estruturação e Promoção do Turismo nos Parques Nacionais, o qual estabeleceu prioridades para 25 Parques Nacionais. Estas áreas, como também os municípios e as regiões abrangidas, encontram-se em diferentes estágios de implementação do turismo. Enquanto algumas delas estão em fases preliminares de planejamento e consolidação, outras estão em estágio mais avançado de estruturação da visitação. Desta forma, primeiramente, foram selecionados seis Parques Nacionais para a priorização de investimentos e o desenvolvimento de ações conjuntas, São eles: Parque Nacional de Aparados da Serra (RS/SC), Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO), Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (MA), Parque Nacional do Jaú (AM), Parque Nacional da Serra dos Órgãos (RJ) e Parque Nacional da Serra da Capivara (PI).

3 OBJETIVIDADE, SUBJETIVIDADE E SEGURANÇA

3.1 OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE

Conforme foi expresso na introdução deste trabalho, tem-se como objeto deste estudo analisar a segurança no turismo de aventura sob o ponto de vista da objetividade e da subjetividade, afim de investigar qual o grau de participação de cada um dos dois aspectos para que o turista sinta-se seguro. Neste sentido, é feita aqui, primeiramente uma conceituação do que seja objetividade e subjetividade.

O *site* <http://port.pravda.ru> traz a conceituação filosófica dos termos objetividade e subjetividade especialmente trabalhada por Kant, que usa a palavra "objetivo" para indicar que o conhecimento científico deve ser justificável, independentemente de capricho pessoal. Uma justificação será objetiva desde que possa, em princípio, ser submetida a prova e compreendida por todos. Assim, Kant afirma: "Se algo for válido para todos os que estejam na posse da razão, seus fundamentos serão objetivos e suficientes" A palavra "subjetivo" é aplicada para os nossos sentimentos de convicção (de vários graus). Sentimentos que surgem, por exemplo, de acordo com as leis da associação, acrescentando ainda, que, "razões objetivas também podem atuar como causas subjetivas de juízo, à medida que possamos refletir acerca dessas razões, deixando-nos convencer de seu caráter racionalmente necessário".

Objetividade, de acordo com Cupani (1989) está estritamente relacionada à concepção tradicional da Ciência, sedimentada nos Manuais de Metodologia Científica que a constitui como um saber "objetivo" em sentido etimológico, vale dizer, um saber que corresponde ao que o objeto pesquisado efetivamente é. Essa correspondência seria reconhecida na validade dita universal das afirmações científicas, ou seja, na sua inevitável aceitação por parte de todos os que têm a devida competência específica (matemática, sociológica, etc.). Assim, uma afirmação pode ser considerada "objetiva" se – e à medida que – atinge seu objeto, vale para todos e não se prende a peculiaridades pessoais. Note-se também que, na concepção tradicional, a objetividade será tanto maior quanto menor a subjetividade envolvida no processo de conhecimento, ou seja, quanto mais se reduza o pesquisador a uma entidade impessoal: qualquer indivíduo com a necessária formação profissional.

Segundo o mesmo autor, podemos entender a evolução histórica do conceito da objetividade científica. O interesse filosófico no assunto é tão antigo como a Filosofia ocidental vindo do tempo de Platão e Aristóteles que se esforçaram para estabelecer as condições de um saber seguro ("episteme", ciência) que transcendesse as limitações de meras opiniões ("doxai") e revelasse a verdadeira índole da realidade. A preocupação com a objetividade foi intensificada, porém, na Idade Moderna.

Pelo menos três linhas de abordagem da questão da objetividade da Ciência podem ser mencionadas na Filosofia Moderna. Uma delas esteve constituída pela denúncia dos fatores subjetivos (embora nem sempre de origem pessoal) que deformam sutilmente o saber pretensamente objetivo. Trata-se da linha crítica que, a partir da teoria dos "ídolos" de Francis Bacon, passa pelos ataques da Ilustração contra as superstições que impedem a compreensão racional do mundo, culminando na análise marxista da ideologia.

A segunda perspectiva teórica desde a qual o pensamento filosófico moderno tratou a questão da objetividade foi a preocupação com o método, ou seja, a expectativa de fixar as regras de procedimento que garantissem uma visão fiel da realidade. Encarnada de maneira paradigmática em Descartes, essa preocupação encontra-se presente em todos os pensadores dos séculos XVII a XIX, quer racionalistas, quer empiristas, quer já fosse abordada de forma expressa e abrangente (como no autor citado), ou aparecesse condensada no questionamento de certos métodos em particular, como na crítica de Hume ao valor da indução.

Por último, a preocupação com a objetividade refinou-se – sempre na Idade Moderna – no tratamento da própria noção de “objeto”, especialmente a partir da distinção kantiana (que iria marcar todo o pensamento posterior) entre “coisa-em-si” e objeto de conhecimento.

Mas, ainda em conformidade com Hume, foi com o Positivismo, principalmente o conteano, que a noção tradicional de objetividade se consolidou. Nesta abordagem, a objetividade do conhecimento científico foi atribuída, fundamentalmente, ao respeito aos fatos, entendidos como ocorrências devidamente certificadas pela observação sistemática, diferenciando, não só de fantasias e ilusões, como também da mera especulação, mesmo que coerente. Esta maneira de entender a objetividade foi acentuada no Neo-Positivismo, em que foi acrescentada à fidelidade ao empiricamente dado à consciência, a exigência da formulação do conhecimento científico em linguagens estritamente lógicas. Ao tempo em que os positivistas trabalhavam na sua imagem da Ciência objetiva, aquelas disciplinas que lhes haviam servido de modelo (Lógica, Matemática, Física) passavam pela conhecida crise de fundamentos que levou a repensar sua natureza.

A partir da Primeira Guerra Mundial (e antes ainda, se lembramos Nietzsche), somou-se aos debates teóricos um variado e crescente questionamento do valor existencial, social e cultural do saber científico e das suas aplicações. A crítica fenomenológica da noção positivista de “dado” empírico; da ciência empírica concebida como investigação impessoal de fatos, que exclui toda entidade metafísica, em particular as problemáticas essenciais da filosofia tradicional. Husserl mostrou que, se a Ciência pretende ser objetiva por apoiar-se sem preconceitos na experiência, esta última deve ser reconhecida – indo “às coisas mesmas” – como bem mais rica do que na versão positivista. Esta reflexão fenomenológica logo evidenciou a dependência em que se encontra a experiência invocada pela Ciência, com relação à consciência que “constitui” essa ida entre o saber objetivo, representado pela Ciência, e o “mundo da vida” (a experiência pré-reflexiva), um questionamento tanto teórico (qual é, em rigor, o sentido da superioridade do saber objetivo sobre a vivência subjetiva?) quanto prático (por que o saber objetivo não consegue dar sentido à vida humana?).

Conforme Costa e Krüguer (2003) na concepção tradicional, a ciência constitui um saber “objetivo” em sentido etimológico, isto é, um saber que corresponde ao que o objeto pesquisado efetivamente é. O que se reconhece na validade tida como universal das afirmações científicas, ou seja, na sua inevitável aceitação por parte de todos os que têm a devida competência específica.

De acordo com o sítio eletrônico Significados.com.br, subjetividade é algo que varia de acordo com o julgamento de cada pessoa, é um tema que cada indivíduo pode interpretar da sua maneira, que é subjetiva. Subjetividade diz respeito, assim, ao sentimento de cada pessoa, sua opinião sobre determinado assunto. Sendo assim, subjetividade é algo que muda de acordo com cada pessoa como, por exemplo, gosto pessoal, cada um possui o seu, assim, é algo subjetivo. O tema subjetividade varia de acordo com os sentimentos e hábitos de cada um, é uma reação e opinião individual, não é passivo de discussão, uma vez que cada um dá valor para uma coisa específica. Desta forma, a subjetividade é formada através das crenças e valores do indivíduo, com suas experiências e histórias de vida.

Conforme Popper (1975):

A teoria do senso comum do conhecimento, a qual significa que para se conhecer algo ainda não conhecido, basta abrir os olhos e os ouvidos e olhar e ouvir, fazendo assim dos nossos vários sentidos, nossas fontes de conhecimento, admitiu, ainda que de forma errada, como certo, que só havia um tipo de conhecimento: o conhecimento possuído por algum sujeito conhecedor. Conhecimento ao qual ele chama de “conhecimento subjetivo. (POPPER,1975,pp.77-78).

Conforme esse autor, a teoria do conhecimento subjetivo é antiga tendo se tornado explícita em Descartes para quem o conhecer é uma atividade que pressupõe a existência de um sujeito conhecedor sendo o ser subjetivo quem conhece. Popper distingue entre duas espécies de conhecimento: o subjetivo, que pode ser melhor chamado de conhecimento organísmico, posto que consiste de disposições de organismos, e o conhecimento objetivo, ou, como afirma, o sentido objetivo, consiste do conteúdo lógico de nossas teorias, conjecturas e suposições.

Alguns exemplos deste conhecimento objetivo são teorias publicadas em revistas e livros e conservadas em bibliotecas bem como discussões dessas teorias e dificuldades ou problemas apontados em conexão com essas teorias. De acordo com Popper (1975.op.cit.) pode-se dar ao mundo físico o nome de “mundo 1”, ao mundo de nossas experiências

conscientes, o nome de “mundo 2” e ao mundo dos conteúdos lógicos de livros, bibliotecas, memórias de computador e similares, o nome de “mundo 3”. Sua tese principal é de que quase todo o nosso conhecimento subjetivo (o do mundo 2), depende do mundo 3, isto é, de teorias formuladas linguisticamente. Para Popper, a teoria do senso comum do conhecimento, não se dá conta do mundo 3, ignorando a existência de conhecimento no sentido objetivo.

Conforme Carvalho (2009) nossas convicções ou crenças pessoais e subjetivas sobre uma tese qualquer não têm qualquer relevância para a questão de validação de proposições da ciência. Através desta aplicação da exigência de objetividade à base empírica, Popper impede a afirmação da associação imediata entre uma percepção e qualquer proposição, eliminando a possibilidade de justificar a base empírica através das percepções sensíveis. A base empírica, aquilo que é aceito como experiência e que determinará a validade ou aceitação de hipóteses teóricas, deve ser criticável (e, portanto, objetiva) como todo o restante da ciência. Nossas convicções subjetivas e sentimentos, na medida em que se apresentariam como estritamente subjetivos, não sendo acessíveis a ninguém diferente de nós mesmos, não são criticáveis intersubjetivamente e não corroboram qualquer proposição, não interessando à ciência senão como objeto de estudo de uma disciplina particular, a psicologia empírica. De acordo com Carvalho, a partir da exigência de testabilidade intersubjetiva, Popper recusa qualquer relevância para as convicções subjetivas na constituição de uma epistemologia e na validação da ciência. Percepções, que não são proposições, não mantêm qualquer relação objetiva com proposições, sendo a objetividade definida como uma relação entre proposições (apenas proposições são testáveis). Como experiências subjetivas não são testáveis de modo intersubjetivo, elas não podem desempenhar qualquer papel na justificação de teorias que se pretendam objetivas.

De acordo com Melo (2010), subjetividade é toda estrutura que se refere diretamente ao ser particular, sendo o que existe de mais profundo e irrenunciável na criatura humana. A própria definição dos termos ajuda na compreensão do que seja a subjetividade. Assim, é caráter ou qualidade do subjetivo que por sua vez, é tudo aquilo que é pertencente ou relativo ao sujeito. Conforme este autor, a subjetividade refere-se à capacidade que o ser humano tem de ser singular, sendo, antes do que comunidade, um ser pessoal, particular, reservado, privado, se assemelhando a uma peça de um grande mosaico, juntando-se aos outros para compor o todo, porém, sem deixar de ser o que é.

Pain (2012) nos dá uma boa descrição de objetividade e subjetividade. Conforme seu entendimento, a objetividade estabelece a realidade, ou seja, o que consideramos real estando fora de nós, cujas leis não se podem modificar ainda que possam ser repensadas, porém, não

anuladas. Já a subjetividade se estabelece na irregularidade, estando constituída na esfera do desejo, diferenciando as pessoas como singulares.

Acerca deste tema de objetividade e subjetividade, existem muitos outros textos esclarecedores feitos por estudiosos, principalmente da Filosofia e da Psicologia, entretanto, não sendo este o foco específico deste trabalho, foram colocadas aqui, apenas algumas explicações para auxiliarem uma melhor compreensão da pesquisa realizada.

3.2 SEGURANÇA, SEGURANÇA OBJETIVA E SEGURANÇA SUBJETIVA

O que é segurança? Dentre as definições encontradas no dicionário Aurélioda Língua Portuguesa, encontramos as seguintes: Ato ou efeito de segurar, qualidade do que é ou está seguro, o que serve para diminuir os riscos ou os perigos. Também o mesmo dicionário define “seguro” entre outras, como: preso, firme, inabalável, garantido e livre de perigo.

Conforme Le Breton (2009), ainda que pelo menos em nossas sociedades ocidentais, as condições pessoais de existência sejam relativamente estáveis e seguras, mesmo assim o homem está sujeito a um tanto de incerteza. Cada dia traz um lote desigual de expectativas e surpresas ainda que o caminho pareça estar desde o início traçado por inteiro. Às vezes o imprevisível prevalece sobre o provável. Assim, a existência humana individual oscila entre vulnerabilidade e segurança, risco e prudência.

De acordo com o *site* [www. direito.folha.uol.com.br](http://www.direito.folha.uol.com.br), em uma matéria intitulada “ O que é segurança” o Relatório do Desenvolvimento Humano de 1994 (PNUD) elaborou um novo conceito de segurança – a segurança humana – a qual possui dois aspectos principais: primeiro, segurança de ameaças crônicas como a fome, as doenças e a repressão e, segundo, proteção de mudanças súbitas e nocivas nos padrões de vida em qualquer lugar. A ideia é que a segurança humana transcende o conceito de segurança nacional ao garantir a segurança individual e comunitária das pessoas e das sociedades.

De acordo com o PNUD, a segurança humana consiste dos sete componentes que seguem:

- a) Segurança econômica (garantia de um trabalho produtivo e remunerado);
- b) Segurança alimentar (acesso aos alimentos básicos);
- c) Segurança sanitária (proteção contra doenças);
- d) Segurança ambiental (propiciando um meio ambiente não prejudicial a ninguém);
- e) Segurança pessoal (contra violências físicas e psíquicas);

- f) Segurança comunitária (proteção dos valores, práticas e identidades culturais e étnicas de qualquer grupo);
- g) Segurança política (garantia do exercício da cidadania).

De acordo com a mesma matéria, embora esses conceitos ajudem a entender o significado de segurança, não existe uma definição correta ou incorreta de segurança pois ela é relativa e subjetiva. Isso significa que segurança representa algo diferente para cada um de nós, não apenas em termos de personalidade, como também de contexto: pessoas em situações diferentes terão percepções diferentes de segurança. Existem múltiplos tipos de segurança, mas o valor que atribuímos a cada um depende só de nós.

Desta forma, a segurança ou a insegurança, podem ser vistas sempre por estes dois lados: o objetivo e o subjetivo. O que seria então uma segurança objetiva? É exatamente todo o aparato externo à pessoa, nas diversas facetas da vida, existente para que as pessoas em geral e cada uma em particular, tenham tranquilidade, não se sintam ameaçadas de qualquer forma, no desempenho das atividades da vida. Esta segurança objetiva está assim relacionada com procedimentos, processos e infraestrutura, já estabelecidos como adequados para determinada atividade da vida. Assim posta, a segurança foi segmentada como exposto acima, em áreas da vida. Um exemplo pode ser visto no que diz respeito à segurança pessoal de alunos, quando se pensa em transporte escolar. Veículos em boas condições e devidamente credenciados para tanto, que sejam conduzidos por motoristas igualmente habilitados, é um tipo de segurança objetiva. Entretanto, caso os mesmos veículos estejam em não tão boas condições e transportem um número maior de alunos do que o permitido, alguns pais e responsáveis poderão até considerar o veículo, de uma forma objetiva, seguro. Entretanto, esta será apenas uma segurança subjetiva – dos que acreditam - uma vez que os riscos, obviamente, aumentaram de forma considerável. Assim, sob o ponto de vista da objetividade, nessa última condição, o veículo já não pode ser considerado seguro para a finalidade a que se propõe.

Le Breton (2009) expressa bem a segurança do ponto de vista objetivo ao falar sobre a função dos seguros, na seguinte afirmação:

Em nossas sociedades ocidentais, os seguros vicejam sobre essas fragilidades, assumindo a responsabilidade por uma série de imponderabilidades. Oferecem defesa financeira contra roubos, flutuações econômicas, acidentes etc., ou oferecem sua assistência jurídica em caso de litígio. Proporcionam uma pensão caso o

indivíduo esteja impossibilitado de trabalhar após um acidente, ou fique desempregado. Reembolsam parte dos prejuízos decorrentes de um roubo ou de um incêndio. Cobrem as despesas médicas ou se encarregam do custo financeiro de um erro imputado à responsabilidade do segurado. Uma despesa mínima anual representa a parte que se sacrifica para se proteger da eventual catástrofe de uma pesada perda, ou mesmo da miséria em caso de desgraça. Os seguros, e muitas vezes o próprio Estado, garantem em parte o indivíduo contra o risco de decair completamente de seu *status* social ou material. A lista seria interminável, na medida em que uma das funções antropológicas de toda sociedade consiste na proteção de seus membros e na securitização da relação com o mundo. (LE BRETON, 2009, p. 10)

Ao tratar sobre segurança, no que diz respeito a vê-la sob o ponto de vista da própria pessoa, ou seja, uma visão subjetiva, abandonando-se a zona de conforto ao lançar-se a uma atividade de risco, o mesmo autor (2009, p. 137) afirma que trata-se de expor-se ou já ter se exposto a situações de risco deixando de lado, temporária ou duradouramente, conforto e segurança, forçando o corpo até o extremo de seus recursos, indo-se o mais longe possível, mantendo-se simbolicamente sobre a linha que divide a vida da morte. Isto não seria uma atitude suicida ainda que o que arrasta o sujeito seja o imprevisível e o perigo. O indivíduo espera sair-se sempre bem, convencido que está, de ter todos os recursos para isto, sendo animado por um sentimento de onipotência, uma convicção de não deixar-se ser tomado pela mesma vulnerabilidade que os outros. Neste sentido, o já ter estado à altura de momentos difíceis em outras expedições, traz tranquilidade quanto à sua competência para se superar o pior. A isto, pode-se chamar de uma segurança subjetiva, resultante de experiência. Uma auto-confiança, de que, embora existam os riscos na atividade, tudo correrá bem. Esta segurança subjetiva, é a força motriz que impulsiona alguém a se lançar em uma atividade, considerada por muitos, perigosa.

4. METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta é uma pesquisa do tipo qualitativa que de acordo com Neves (1996) integra a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo, sendo frequente que o pesquisador procure entender os fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir daí, situe sua interpretação dos fenômenos estudados.

O método escolhido é o fenomenológico no qual, de acordo com Gil (1999; TRIVIÑOS, 1992), preocupa-se com a descrição direta da experiência tal como ela é. A realidade é construída socialmente e entendida como o compreendido, o interpretado, o comunicado. Então, a realidade não é única: existem tantas quantas forem as suas interpretações e comunicações. O sujeito/ator é reconhecidamente importante no processo de construção do conhecimento.

No que se refere aos seus objetivos, esta é uma pesquisa de nível exploratória, descritiva e também explicativa. De acordo com Gil (1991, p.21):

Pesquisa Exploratória: visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão. Assume, em geral, as formas de Pesquisas Bibliográficas e Estudos de Caso.

Pesquisa Descritiva: visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de Levantamento.

Pesquisa Explicativa: visa identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. aprofunda o conhecimento da realidade porque explica a razão, o “porquê” das coisas. Quando realizada nas ciências naturais, requer o uso do método experimental, e nas ciências sociais requer o uso do método observacional. Assume, em geral, as formas de Pesquisa Experimental e Pesquisa Expost-facto.

Foram utilizadas as técnicas de pesquisa bibliográfica e análise de conteúdo, a partir de uma pesquisa estruturada de campo na qual foram realizadas entrevistas através de questionário previamente elaborado e observação.

Ainda de acordo com Gil (1991) a pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e, atualmente, com material disponibilizado na rede mundial de computadores.

Conforme Silva, Gobbi e Simão (2011, p. 71):

O método da análise de conteúdo aparece como uma ferramenta para a compreensão da construção de significado que os atores sociais exteriorizam no discurso. Analisada no presente estudo sob o enfoque da teoria das Representações Sociais e da teoria da Ação na perspectiva fenomenológica. O que permite ao pesquisador o entendimento das representações que o indivíduo apresenta em relação a sua realidade e a interpretação que faz dos significados a sua volta.

Desta forma, a pesquisa de campo foi desenvolvida junto a turistas participantes de três modalidades diferentes de atividades de aventura: uma de ar, uma de água e outra de terra, respectivamente: Parapente, Surfe e Cicloturismo (Apêndice 1). Participaram da pesquisa também, através de preenchimento de questionário, disponibilizado pela *Internet* por *e-mail*, apenas quatro empresas cadastradas junto à ABETA, que foram as que responderam dentre as mais de vinte, todas contatadas, cadastradas naquele Órgão. Os questionários para os empresários foram diferentes dos utilizados para os turistas, conforme elencados no Apêndice 2, sendo que não foram específicos para as modalidades escolhidas, e sim, para o turismo de aventura em geral, mantendo-se entretanto, o foco na questão da segurança objetiva e subjetiva, objeto de estudo do presente trabalho.

Na modalidade de voo duplo de Parapente, participaram da pesquisa, nove turistas que realizaram vôo na rampa norte da Praia Mole, na cidade de Florianópolis (SC) com a empresa *Parapente Floripa*, durante o verão, nos meses de janeiro e fevereiro de 2015.

Na modalidade de Surfe, participaram desta pesquisa nove turistas que realizaram aulas de surfe com as empresas *Campeche Surf School* e *Escola de Surf Evandro Santos*, localizadas, respectivamente, nos bairros do Campeche e Barra da Lagoa, ambos na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, sendo as aulas realizadas no verão de 2015, nas praias que possuem os mesmos nomes dos bairros.

Na modalidade de Cicloturismo, fizeram parte da pesquisa 16 turistas que participavam de quatro dias de pedalada na cidade serrana de Urubici em Santa Catarina, sendo a empresa responsável *Caminhos do Sertão*, sediada na cidade de Florianópolis. A pedalada ocorreu durante a última semana do ano de 2014.

A técnica utilizada para as entrevistas com os turistas, foi a da Amostragem Não-Probabilística do tipo intencional ou por julgamento. De acordo com Lima Filho (s/d) em aula sobre o tema *Amostragens*, veiculada no site <http://www.de.ufpb.br>, amostragens não - probabilísticas são aquelas em que há uma escolha deliberada dos elementos da amostra. Depende dos critérios e julgamento do pesquisador, podendo ser do tipo por acessibilidade ou conveniência, intencional ou por cotas. Conforme o mesmo autor, na amostragem intencional, seleciona-se um subgrupo da população, que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população. Para isso, deve-se ter conhecimento da população e do subgrupo selecionado.

A Tabela 1 sintetiza como e onde foram aplicados os questionários para os turistas.

Tabela 1 - Demonstrativo dos questionários aplicados

MODALIDADE	NÚMERO DE QUESTIONÁRIOS	EMPRESA	LOCAL
Parapente	9	Parapente Floripa	Praia Mole
Surfe	9	Campeche <i>Surf School</i> e Evandro Santos	Praias do Campeche e Barra da Lagoa
Cicloturismo	16	Caminhos do Sertão	Urubici

5 - SEGURANÇA OBJETIVA, SUBJETIVA E ANÁLISE DE RESULTADOS EM: VOO DUPLO DE PARAPENTE, SURFE E CICLOTURISMO

Este capítulo está dedicado a analisar de formas objetiva e subjetiva as atividades de turismo de aventura supracitadas, pesquisadas junto aos turistas. Desta forma, apresenta para cada uma delas, o que pode ser considerado a parte objetiva, no que diz respeito à segurança, descrevendo ao mesmo tempo, o que é e como acontece cada uma delas. Segue com o que se chama de parte subjetiva da segurança, fazendo-se uma análise e interpretação dos resultados das entrevistas com os turistas. Esta parte subjetiva da segurança nas atividades, está relacionada ao sentimento individual de cada turista, em relação a si mesmo, antes, durante e depois da atividade, no que se refere, inclusive, à segurança externa (objetiva).

Os questionários preparados, que constituem o Apêndice 1, contêm perguntas que levam a respostas com conteúdos abrangendo os dois aspectos desta pesquisa sobre segurança nas atividades pesquisadas, o objetivo e o subjetivo. Desta forma, pela análise das respostas, pelo menos no que tange às atividades analisadas, foi possível chegar-se a uma demonstração dos aspectos propostos como objeto desta pesquisa, ao mesmo tempo em que também se responde a alguns questionamentos que a motivaram.

Antes de analisar os aspectos objetivos e subjetivos da segurança nas atividades pesquisadas, segue uma descrição do perfil socioeconômico dos participantes da pesquisa.

5.1 PERFIL DOS TURISTAS PARTICIPANTES

A maioria dos turistas que participaram desta pesquisa e praticavam as atividades de voo livre duplo de parapente, surfe e o cicloturismo era de jovens com idade predominante entre 20 e 30 anos, ainda que houvesse alguns na faixa dos 40 anos, principalmente no cicloturismo. Quanto à instrução e ocupação, predominou o nível superior completo, sendo que alguns possuíam pós-graduação, principalmente no cicloturismo. Entre os que praticaram o surfe, boa parte eram estudantes, mas havia também um engenheiro, um arquiteto, desenhistas e um técnico em enfermagem. Entre os que voaram de parapente, o predomínio na ocupação foi de estudantes. Já no cicloturismo, foi o grupo no qual houve a maior diversidade nas ocupações, o que talvez se explique por ter sido um grupo maior. Havia desde empresário até estudantes, e também servidores públicos, uma geógrafa, professores, um profissional de tecnologia da informação, um de administração, um de propaganda e uma médica. Um grupo bem heterogêneo em suas ocupações. Quanto à cidade em que residiam os participantes, no surfe, a maioria residia em Florianópolis mesmo, havia estrangeiros do Chile e Paraguai no voo de parapente dentre nacionais de São Paulo e Florianópolis, enquanto no cicloturismo se verificou também a maior diversidade de origem. Havia turistas de Cuiabá, Niterói, Indaiatuba, Blumenau, Ponta Grossa, Belém, Governador Valadares e Salvador. Quanto à renda dos participantes da pesquisa, no surfe, variou entre de um a três salários mínimos e de três a seis. No voo livre, predominou o perfil estudante sem renda própria, ainda que também houvesse os pertencentes ao grupo que percebe de um a três ou de três a seis salários mínimos. O grupo onde se registrou a maior renda recebida foi o do cicloturismo, com a faixa predominante de seis a nove salários mínimos e indo até quinze. Entretanto, também havia estudantes dependentes no grupo, que não percebiam nenhuma renda. Provavelmente esta faixa salarial mais elevada se explique por ter sido a atividade mais cara também. Quanto ao estilo de vida dos participantes, a rotina foi considerada tranquila para os participantes das três atividades, ainda que alguns do cicloturismo, consideraram sua rotina de vida como estressante. Quanto à prática de atividade física regular, os participantes das três modalidades afirmaram, na sua quase totalidade, fazerem atividade física pelo menos duas vezes por semana. Quando perguntados sobre o que é aventura e aventura na natureza, no grupo do surfe houve quem dissesse ser uma forma de fuga do *stress* diário enquanto outros afirmaram ser algo indispensável. Já para os participantes do voo livre de parapente e do cicloturismo, em quase unanimidade, a aventura, e esta na natureza, significa prazer.

5.2 DA OBJETIVIDADE NA SEGURANÇA

Ao se tratar do aspecto objetivo da segurança em turismo de aventura, refere-se aos aspectos externos, por assim dizer, que somam para que a atividade se desenvolva com o máximo de segurança e mínimo risco. Isto envolve todas as normas existentes que tratam, de uso adequado de equipamentos, procedimentos indicados, qualificação de pessoal envolvido entre outros. Recentemente, no final de 2014, o Ministério do Turismo aprovou a norma *ABNT NBR ISO 21101 - Turismo de Aventura - Sistemas de Gestão da Segurança - Requisitos* a qual substitui a anterior NBR 15331:2005 que tratava do mesmo tema, conforme noticiou o *site* <http://www.aventuramango.com.br>.

A finalidade da NBR ISO 21101 é estabelecer os requisitos mínimos para um sistema de gestão da segurança (SGS) para prestadores de serviços das atividades de turismo de aventura, que são incentivados a analisar suas atividades de turismo de aventura, entender os requisitos dos participantes, definir os processos que garantam a segurança e manter esses processos sob controle.

Com 25 páginas, a Norma possui as seções iniciais de escopo, termos e definições (44 tópicos) e passa a tratar do sistema de gestão de segurança a partir da seção 4.

Seção 4 trata do "Contexto da Organização", onde a organização prestadora de serviços de turismo de aventura deve identificar as partes interessadas envolvidas e seus requisitos e "determinar os limites e a aplicabilidade do Sistema de gestão da segurança do turismo de aventura para estabelecer seu escopo.

Comparando as exigências das cláusulas 4.1 a 4.4 da NBR ISO 21101 com a cláusula 5.1.1 da antiga NBR 15331:2005, percebe-se que a norma atual é menos detalhista, ampliando as possibilidades de resposta aos requisitos. Na versão antiga, por exemplo, era exigido que o escopo incluísse a "definição da extensão da atividade em termos de locais, atividades praticadas e duração.

Essa é uma característica da norma NBR ISO 21101 como um todo. E não poderia ser diferente, uma vez que é uma norma internacional e sua publicação passa pelo consenso de muitos países.

A **Seção 5** trata dos aspectos relacionados à "Liderança" e inclui cláusulas relacionadas à "Liderança e comprometimento" (5.1), "Política" (5.2) e "Funções, responsabilidades e autoridades organizacionais" (5.3).

A **Seção 6** inclui um dos pilares do SGS: o processo de gestão de riscos no turismo de aventura (6.1.2). Outra cláusula requer a identificação e a conformidade aos requisitos legais pertinentes (6.1.3), o que implica em estar de acordo com as leis. Por exemplo, uma empresa que realiza atividades com quadriciclos deve obedecer às leis de trânsito (mas isso já deveria ser feito, independentemente da NBR ISO 21101, certo?). A seção 6 também traz a necessidade de estabelecer objetivos de segurança (6.2)

A **Seção 7** é intitulada "Apoio" e requer a determinação e provisão das competências necessárias para o pessoal envolvido (7.2), a conscientização e comprometimento das pessoas com funções relacionadas à segurança (7.3), a

implementação dos aspectos relacionados à comunicação e consulta entre a equipe (7.4.2) e com participantes (7.4.3). Cláusula 7.5 trata da informação que deve ser documentada e controlada pela organização.

Na **Seção 8**, são abordados o planejamento e controle operacional (8.1), a preparação e resposta a emergências (8.2) e o gerenciamento de incidentes

A **Seção 9** traz os requisitos para monitoramento, medição, análise e avaliação (9.1), para auditoria interna (9.2) e para análise crítica pela direção (9.3).

A última seção trata das ações de melhoria: não-conformidade e ação corretiva (10.1) e melhoria contínua (10.2).

Por fim, o **Anexo A** (que é normativo) apresenta as três etapas no processo de gestão de riscos: estabelecimento do contexto, processo de avaliação de risco e tratamento de risco.

5.2.1 Objetividade na segurança – empresas outras pesquisadas

Foi solicitado através da *internet* a cerca de 20 empresas cadastradas como associadas à ABETA, que respondessem a um questionário que versava basicamente sobre como é tratada a questão da segurança nas atividades (Apêndice 2). Assim, as perguntas giravam em torno da segurança, vista como denominada neste trabalho, de forma objetiva. Registre-se, aqui, até como consideração à atenção que prestaram ao disporem tempo em participar da pesquisa, que apenas quatro dentre as 20 empresas contatadas, responderam. Contudo, é importante também ressaltar que os empresários que responderam, não são de empresas que atuam especificamente com as atividades de voo livre, surfe ou cicloturismo, objeto principal desta pesquisa necessariamente.

As quatro empresas eram de porte pequeno, todas adotam as normas da ABNT referentes à segurança, duas delas têm participado das comissões de estudo de regulamentação e normalização das modalidades de turismo de aventura, enquanto outras duas não.

5.3 ASPECTOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS DA SEGURANÇA NO VOO DUPLO DE PARAPENTE

A norma NBR ISO 21101, anteriormente citada, não contempla as atividades de Voo Livre. Então, a parte objetiva da segurança nesta modalidade, pode ser encontrada na normatização da Associação Brasileira de Voo Livre – ABVL, em seu capítulo nono:

CAPÍTULO IX - RESTRIÇÕES OPERACIONAIS E NORMAS DE SEGURANÇA

Artigo 64 Este capítulo dispõe sobre as restrições operacionais e normas de segurança para a prática de voo livre em asa delta e parapente no Brasil e determina as penas a que ficam sujeitos os infratores desse Regulamento.

Artigo 65 - Áreas Restritas: I - É proibido decolar ou sobrevoar áreas que sejam restritas, proibidas ou interditas, a menos que o praticante obtenha permissão prévia do órgão administrativo responsável.

Artigo 66 - Outras Restrições: I - Nenhum praticante pode programar pousos e decolagens em locais: a)- Onde exponha ao risco pessoas ou bens. b)- Expressamente proibidos por seus proprietários ou responsáveis.

Artigo 67 - Procedimentos inseguros ou perigosos: I- É de responsabilidade do clube local determinar os limites de velocidade e direção de ventos para operação segura levando em conta os fatores aerológicos específicos do local, bem como informar os pilotos destes limites. II- É de competência do clube local, associação estadual ou nacional, julgar casos que criem situação de risco para o próprio piloto ou terceiros. III- O Diretor Técnico da ABVL poderá estabelecer limites de segurança específicos para determinados sítios de voo.

Parágrafo único: A infração a estes limites de segurança, sujeita o infrator a punição a ser aplicada pelo Conselho Técnico e Órgãos da Justiça Desportiva da ABVL.

Artigo 68 - Regras de Tráfego: I- O praticante operando um Parapente ou uma asa delta deve manter constante vigilância do espaço aéreo de modo a evitar quaisquer incidentes envolvendo outras aeronaves ou equipamentos aerodesportivos. II- O praticante conduzindo um Parapente ou uma asa delta, não pode operá-lo de maneira que possa criar riscos de colisão com qualquer aeronave, equipamentos aerodesportivos, pessoas, bens móveis ou imóveis de terceiros. III- O sentido do giro na térmica é determinado pelo primeiro praticante a girá-la, devendo os demais obedecer tal sentido, independentemente da altura em que entrarem na térmica, salvo determinação específica feita em competições, onde este será determinado pelo juiz do evento. IV- O praticante de baixo tem a preferência na térmica se estiver em ascensão mais rápida que o de cima, devendo este dar passagem ao que está subindo, mesmo se for necessário abandonar a térmica. V- A direção do desvio entre os que estiverem se aproximando de frente será sempre à direita de cada praticante. VI- O praticante que tiver um obstáculo a sua direita tem a preferência na passagem.

Artigo 69 - Prioridade no Pouso: I- Em primeiro lugar - Praticantes que estiverem em menor altura; II- Em segundo lugar - Asa Delta; III- Em terceiro lugar – Parapente;

Artigo 70 - Comportamento do Praticante: I - O praticante ou aluno que demonstrar em sítio de vôo comportamento agressivo, indecoroso ou não condizente com o esporte, estará sujeito a punição aplicada pela Diretoria Técnica da ABVL, Conselho Técnico de cada modalidade ou Órgãos da Justiça Desportiva.

Artigo 71 - Pouso em Rampa: I - Os clubes e associações locais, poderão a seu critério, restringir parcial ou totalmente pousos em suas rampas, levando-se em consideração as particularidades técnicas das suas rampas.

A seguir, estão descritos resultados quanto aspecto da segurança subjetiva dos turistas que foram entrevistados após a realização do voo. Esses resultados se referem basicamente a aspectos de sentir-se seguro(a) ou não, o que representa a segurança na atividade. Se há risco,

em qual nível foi sentido e se ele faz parte da atividade, e finalmente que tipo de sentimento experimentaram durante a atividade.

A atividade foi realizada na Praia Mole, situada na cidade de Florianópolis-SC, mais especificamente na rampa norte. Todos os turistas que participaram dessa pesquisa, estavam voando por uma única empresa escolhida entre outras possibilidades. Perguntados sobre se sentiram seguros, foram unânimes em afirmar que sim e que a segurança representava para eles algo fundamental e se traduzia pelo fato de serem clientes de uma empresa que atuava com profissionais experientes e com bom equipamento. A escolha da empresa operadora correta, é um dos principais requisitos para sentir-se seguro. Sobre o risco na atividade de voo livre de parapente, os turistas informantes foram unânimes em afirmar que ele existe, a maioria entendendo que em um nível mais intenso do que moderado. Para alguns, esse risco, até faz parte da motivação para a atividade.

A figura 1 abaixo retrata um dos vôos realizados por um turista na Praia Mole localizada ao leste da Ilha de Santa Catarina.

Figura 1- Vista da rampa norte da Praia Mole



Fonte: Acervo do autor (2014)

Quanto às emoções sentidas antes, durante e depois, a *ansiedade* prevaleceu sobre o *medo* e o *nervosismo* antes do voo. Durante a aventura, *euforia* e *alegria* foram mais relatadas do que simples prazer. Após, a *sensação de felicidade* era evidente e declarada por todos. Uma auto-realização que certamente traz um sentimento de segurança própria para diversas outras áreas da vida.

Quando questionados sobre se o sentir-se seguro para a atividade independe das condições climáticas e aspectos de infraestrutura, a maioria afirmou que não, ou seja, constata-se aqui que a segurança subjetiva, a que se sente, depende das condições de uma segurança objetiva, externa à pessoa.

A figura 2 abaixo retrata um vôo duplo de Parapente realizado na cidade do Rio de Janeiro e demonstra a alegria da turista.

Figura 2 - Voo duplo no Rio de Janeiro



Fonte: <http://www.guia4ventos.com.br>

A figura 3 abaixo retrata mais um vôo duplo de Parapente realizado na rampa norte da Praia Mole.

Figura 3 - Voo duplo na Praia Mole



Fonte: Acervo do autor (2014)

5.4 ASPECTOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS DA SEGURANÇA NO SURFE

As atividades de surfe foram desenvolvidas pelos turistas nas praias do Campeche e Barra da Lagoa, ambas localizadas na cidade de Florianópolis. Como na atividade anterior de parapente, também não existe na Norma NBR ISO 21101, este tipo de atividade de turismo de aventura, não havendo assim uma normatização nacional e institucionalizada que sirva como aspecto objetivo da segurança. Entretanto, a atividade, por ser também uma modalidade de esporte bastante praticada em território nacional e internacional onde exista litoral, possui associações e escolas, as quais divulgaram regras comuns, que devem ser seguidas, como um aspecto objetivo da segurança, ou seja, para uma maior segurança entre os praticantes, especialmente os iniciantes. Essas regras são ensinadas e passadas aos alunos nas escolas de surfe. De acordo com o *site* <http://www.surfs-cool.com> e com matéria publicada no jornal Diário Catarinense de 21 de Agosto de 2014, essas regras são as seguintes:

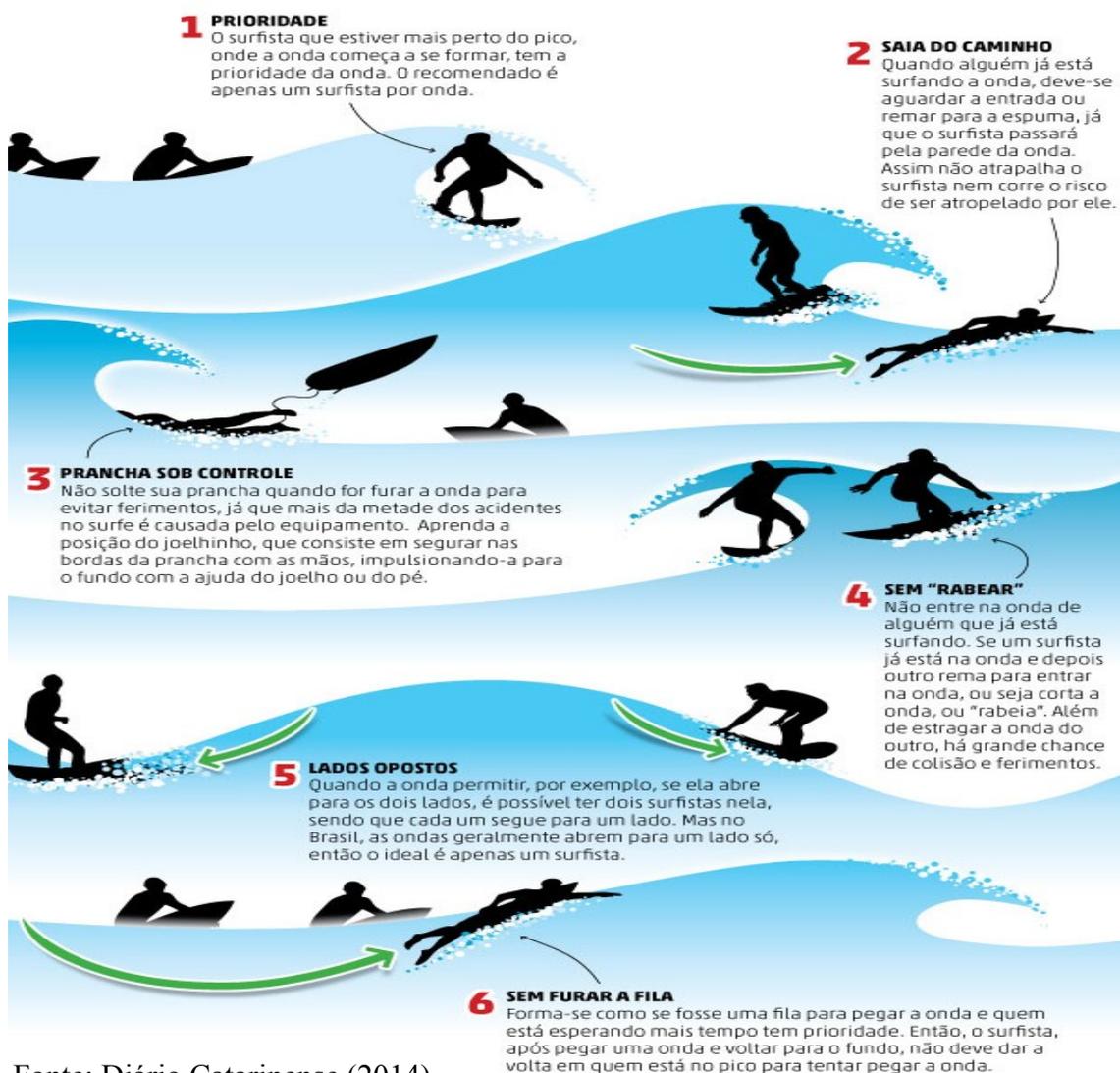
- a) Nunca entrar sozinho no mar;
- b) Nunca largar a prancha;
- c) Fazer sempre a leitura das condições do mar, antes de entrar na água;
- d) Proteger sempre a cabeça quando caímos da prancha;

- e) Nunca mergulhar de cabeça;
- f) Respeitar a regra básica do Surf, 1 aluno/ surfista por onda;
- g) Prancha sempre apontada às ondas, com uma mão à frente e outra a trás, quando esperamos pelas ondas;
- h) Nunca surfar junto às rochas;
- i) Evitar zonas de atuação de praticantes mais experientes;
- j) Guardar distância de segurança dos outros alunos em aula;
- k) Respeitar sempre todas as normas e regras apontadas pelos instrutores.

A figura 4 abaixo ilustra as regras básicas para a prática segura do Surf.

Figura 4 - 6 regras básicas do surf

A boa convivência dos surfistas dentro do mar depende de algumas regras básicas, que devem ser seguidas por locais e visitantes. Seguir essas regras garante a segurança dos surfistas e a harmonia dentro d'água. Uma das dicas é sempre consultar as condições do mar, além de conferir o equipamento e sempre usar o *leash* (cordinha).



Fonte: Diário Catarinense (2014)

A parte subjetiva, individual da segurança, a exemplo da atividade anterior de voo, está demonstrada pelos resultados da pesquisa que se referem basicamente a aspectos de sentir-se seguro(a) ou não e o que representa a segurança na atividade. Se há risco, em qual nível e se ele faz parte da atividade, e finalmente que tipo de sentimento experimentaram durante a atividade.

Quando perguntados se sentiam-se seguros com a atividade e o que significa a segurança na atividade de surfe, todos os turistas que participaram da pesquisa afirmaram que sim, sentiam-se seguros. Estar seguro para essas pessoas significa conhecer e saber lidar com os riscos, conhecer o mar e estar preparado através da instrução recebida, manter-se atento e ter disciplina nos treinos, ter bom equipamento e a presença de instrutores. Esses fatores combinados permitem que se tenha a segurança necessária para o aprendizado e prática do surfe.

Quando questionados sobre a questão dos riscos, a maioria afirmou existirem os riscos, porém, os caracterizaram de moderados ou leves, como na famosas “vacas”, quando o surfista cai da prancha, possibilidades de lesões ocasionadas por impacto com a prancha, ou mesmo por cair de mal jeito na bancada de areia onde a onda quebra. A maioria não acredita ser o risco uma parte de sua motivação para a atividade.

A figura 5 abaixo retrata aluna em aprendizado de Surf.

Figura 5 - Aluna turista em atividade no Campeche



Fonte: *Site* da Escola na WEB

Quanto às emoções sentidas antes, durante e depois, a ansiedade foi a que mais foi relatada antes da atividade, o que é natural em atividades de aventura, até para quem já tem experiência. Quando perguntados sobre como se sentiram durante a prática de surfe, a resposta predominante foi de prazer, acompanhada também de alegria e euforia em alguns casos. Este sentimento é bastante comum, principalmente quando se consegue ficar e permanecer em pé na prancha, pela primeira vez, caso de muitos turistas. Após a atividade, mesmo cansados, o cansaço quase nem aparecia devido à felicidade e realização demonstradas, ocasião em que é comum ficarem falando durante um bom tempo sobre como foi a sua experiência. Ficou nítido que, à medida que a atividade se desenvolveu, a ansiedade foi substituída por uma segurança própria maior. O que se entende, é que esta segurança própria, subjetiva, vai aumentando, na medida em que se dominam as técnicas da atividade, o que vale para quaisquer outras atividades de aventura.

Ainda sobre o risco na atividade, a 90 por cento entende que não é independente de condições de infraestrutura e ou clima. Estão intrinsecamente relacionados na atividade.

A figura 6 abaixo retrata um aluno turista surfando de *Longboard*.

Figura 6 - Turista surfando no Campeche



Fonte: *Site da Escola na WEB*

A figura 7 abaixo retrata preparação final e últimas instruções.

Figura 7 – Praia da Barra da Lagoa, momentos antes de entrar no mar



Fonte: *Site* da Escola de Surf Evandro Santos (2014)

5.5 ASPECTOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS DA SEGURANÇA NO CICLOTURISMO

As atividades de cicloturismo foram desenvolvidas durante quatro dias pela empresa *Caminhos do Sertão* no município de Urubici, localizado na Serra Catarinense, onde os turistas tiveram a oportunidade de realizar trechos variados de extensão e de tipo de terreno também, uma vez que houve trechos de terra, onde se experimentou um pouco mais das técnicas de *mountainbike*.

De acordo com o *site* <http://www.abeta.tur.br>, esta atividade de turismo tem como elemento principal a realização de percursos de bicicleta sendo os passeios geralmente oferecidos por operadoras especializadas. Essas viagens podem ter uma única base como local de estada, ou pode ainda haver deslocamento ao longo do trajeto, com múltiplos meios de hospedagem. Existem também as atividades de curto percurso, que acontecem, por exemplo, durante um dia, quando se desloca do entorno habitual de vivência e pratica-se o turismo nas proximidades. São os chamados passeios ciclísticos.

Sobre o aspecto objetivo da segurança na atividade, conforme o mesmo *site* existe uma normatização específica e outra diretamente relacionada, sobre a segurança neste tipo de atividade, conforme descrito a seguir.

a) Normas relacionadas

- ABNT NBR 15285 - Turismo de Aventura – Condutores – Competência de pessoal
- ABNT NBR 15286 - Turismo de Aventura – Informações mínimas preliminares a clientes.
- ABNT NBR 15331 - Turismo de Aventura – Sistema de Gestão da Segurança – Requisitos
- ABNT NBR 15500 - Turismo de Aventura – Norma de Terminologia

b) Normas específicas

- ABNT NBR 15509 – Cicloturismo – Parte 1: Requisitos para produto.

Esta última publicada em 13 de agosto de 2007.

Quanto ao aspecto subjetivo da segurança, 100% dos entrevistados afirmaram sentirem-se seguros na atividade e definiram a segurança como sendo o fato de terem apoio e assistência adequada durante todo o percurso, estarem os equipamentos (*bike* e acessórios) em bom estado, andar com consciência dos riscos, ter um certo preparo físico, usar os equipamentos e estar atentos, seguir as instruções e andar devagar e em grupo. Dois carros de apoio (Vans) sempre seguiam o grupo, o que garantiu certamente uma maior sensação de segurança por parte dos membros do grupo.

Quanto ao risco envolvido, a maioria garantiu existir riscos na atividade, embora, mais moderados e leves do que intensos, sendo de diversos tipos. Esses riscos podem aumentar, dependendo da atenção dedicada durante a atividade. Quando perguntados se o risco fazia parte da motivação para realizarem o passeio, a maioria respondeu que não. Indagados sobre se o risco e as condições de segurança estão relacionados com as condições de infraestrutura e de clima e meio ambiente, alguns, talvez os mais experientes e conscientes, afirmaram que sim, que sem boas condições de infraestrutura e de meio ambiente, não há segurança. Já outros, aliás a maioria dos participantes da pesquisa, talvez pelo efeito da adrenalina ou pela alegria e prazer que estavam sentindo, negaram esta relação um tanto quanto óbvia

Figura 8 – Cicloturismo na Serra Catarinense.



Fonte: *Site* da Empresa na WEB

No que se refere às emoções sentidas e demonstradas pelo grupo, a entrevista foi realizada no segundo dia, em uma das paradas para um café colonial, no Sítio Beckhauser, depois da primeira pedalada do dia. Todos relataram naquele instante, que no início das atividades, antes da pedalada, sentiram ansiedade, o que é muito comum em qualquer atividade de turismo de aventura. Com o decorrer do exercício, o sentimento de ansiedade foi trocado por alegria e prazer, na medida que todos foram se sentindo mais seguros. O sentimento relatado ao final foi de felicidade e realização, embora um pouco cansados.

Figura 9 - Pedalando na Serra Catarinense



Fonte: *Site da Empresa na WEB*

As figuras 8 e 9 acima retratam os turistas em um dos percursos na Serra.

A figura 10 retrata o grupo reunido após o percurso.

Figura 10 - A turma reunida



Fonte: *Site da Empresa na WEB*

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade de ter cursado o mestrado em turismo, deve-se ao fato de o autor desta dissertação identificar-se estritamente com o tema de turismo de aventura, uma vez que possui formação de graduação em Educação Física, cuja área encontra-se bastante relacionada com as atividades de esportes de ação desenvolvidas no turismo de aventura. A identificação com o tema pois, vem desde os tempos da graduação. Com o título obtido, o autor terá a oportunidade também de atuar como docente em cursos de graduação em disciplinas específicas relacionadas a esta modalidade de turismo.

Este trabalho teve como objetivo principal pesquisar o turismo de aventura, mais especificamente as atividades de voo duplo de parapente, o surfe e o cicloturismo, no que se refere aos aspectos externos à pessoa do turista, aqui chamados de segurança objetiva, quanto ao que aqui foi chamada de segurança subjetiva, referindo-se ao turista em si, seu sentimento de segurança, como vê a questão do risco e suas emoções, como as expressam.

Ainda que a amostra deste trabalho não seja significativa para fins de conclusões estatísticas de tendências, como se informou na metodologia escolhida e aplicada, o trabalho demonstra, de forma qualitativa, nas atividades de aventura pesquisadas, que o papel indispensável da segurança, apresenta aspectos objetivos (sendo este externo ao praticante, como, principalmente, o uso de infraestrutura adequada entre outros aspectos); apresenta também, todo um lado subjetivo, para cada participante em particular (como se sentem, que nível de segurança pessoal demonstram, a partir, ou não, da segurança objetiva presente no local). Nesta ótica da subjetividade, o aspecto das emoções demonstradas pelos turistas aventureiros, ficou evidente e se manifestou muito mais, no sentido positivo da formação, se é que assim se pode dizer, de uma personalidade muito mais forte e segura. Exatamente por esta razão, o mundo corporativo das Organizações em geral, tem aplicado, no treinamento de seu pessoal, atividades em grupo com o turismo de aventura, a fim de terem entre seus funcionários, pessoas mais fortes e seguras, para o bem das organizações.

Desta forma, o tema estudado neste trabalho, cria e deixa como sugestão, pela amplitude de horizonte que abre, e pelo foco no aspecto apenas da segurança, estando longe de esgotar o assunto geral, possibilidades de novos trabalhos de pesquisa que tratem especificamente, por exemplo, sobre as emoções que vive um turista de aventura e seus benefícios em geral, individuais, ou para grupos, de pessoal formalmente ligados a corporações ou não.

Durante a elaboração do presente estudo, uma expressão em forma de pensamento para reflexão, o qual parece conter o significado da presente pesquisa foi elaborada: *a segurança subjetiva é a confiança que se tem na segurança objetiva, unida à autoconfiança de se possuir habilidades e capacidades pessoais, natas ou adquiridas por aprendizado e/ou treinamento para a atividade que se vai desenvolver.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENI, Mario Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 1997.

_____. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 1998.

_____. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Ed. Senac, 2003.

BOULLÓN, R. **Planejamento do espaço turístico**. Trad. de Josely Vianna Baptista. São Paulo: EDUSC, 2002.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Regulamentação, normatização e certificação em turismo de aventura: relatório diagnóstico**. Brasília. 2005.

_____. Coordenação Geral de Segmentação. **Turismo de aventura – orientações básicas**. Brasília, 2010.

_____. **Regulamentação, Normatização e certificação em turismo de aventura. Relatório diagnóstico**. Disponível em: <<http://www.livrosgratis.com.br>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

_____. **Cadernos e Manuais de Segmentação. Marcos Conceituais**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/>. Acesso em: 20 jun. 2013.

CARVALHO, Marcelo Silva de. Empirismo e objetividade: considerações sobre o conceito de experiência e a crítica de Popper ao Positivismo. **Páginas de Filosofia**, v. 1, n. 1, p. 74-105, 2009.

CUNHA, Licínio. **Economia e política do turismo**. Lisboa: McGRAW-HILL, 1997.

CUPANI, Alberto Osmar. A objetividade científica como problema filosófico. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, 1989. Disponível em: <<https://scholar.google.com>>. Acesso em: 3 set. 2014.

DA SILVA, Priscilla. DE FREITAS, Clara. Emoções e riscos nas práticas na natureza: uma revisão sistemática. **Revista Motriz**, Rio Claro, v.16 n.1 p.221 e 222, jan./mar. 2010.

ENGARDIO, Pete. **Novo mundo de incertezas e riscos**. São Paulo, Valor Econômico, 2001.

FUSTER, Fernandez. **Teoría y técnica del turismo**. 4. ed. Madrid: Nacional, 1974. Tomo I e II.

FRANCO, José Luiz de Andrade. DRUMMOND, José Augusto. **Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940**. Rio de Janeiro: Ed.Fiocruz, 2009. 267p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, ARILDA S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v.35, nº 2, mar/abr.

LAVOURA, Tiago Nicola; SCHWARTZ, Gisele Maria; MACHADO, Afonso Antonio. Aspectos emocionais da prática de atividades de aventura na natureza: a (re) educação dos sentidos. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 22, n. 2, p. 124, 2008.

LE BRETON, David. **Condutas de risco: dos jogos de morte ao jogo de viver**. Campinas: Editora Autores Associados Ltda. 2009.

MARINHO, Alcyane,. Lazer, Natureza, Viagens e Aventura: novos referentes. In: MARINHO, A.;BRUHNS, H. T. **Viagens, Lazer e Esporte: o espaço da natureza**. Barueri: Manole, 2006, p. 1-26.

_____, Alcyane. Lazer, aventura e ficção: possibilidades para refletir sobre as atividades realizadas na natureza; **Motriz rev. educ. fis.**(Impr.), v. 15, n. 1, p. 1-12, 2009.

MARQUES, Rafaela. DE SOUZA, Gomes. KOVACS Michelle. In: Risco percebido e estratégias de redução de risco no turismo de aventura. Uma análise sobre o segmento de mergulho. **Revista Turismo-Visão e Ação**, v.13, n.1,p.116 (2011).

McINTOSH, Robert; GOELDNER, Charles; RITCHIE, John. **TURISMO: Planeación, Administración y Perspectivas**. México: LIMUSA, 2000

MELO, Fabio de. **Quem me roubou de mim? O sequestro da subjetividade e o desafio de ser pessoa**. 90.ed. São Paulo: Editora Canção Nova, 2010.

MOESCH, Marutschka Martini. **Construção metodológica dialética: por uma epistemologia do turismo**. Dissertação de Mestrado. PUCRS. Porto Alegre. 2000.

_____. Marutschka Martini. **Epistemologia social do turismo**. Tese de Doutorado. São Paulo. 2004.

MORON, Maria C.; BASINELLO, Patrícia. **Ecoturismo x turismo de aventura: dialogando conceitos**. Disponível em: <<http://2010.conatus.org.br>>. Acesso em: 30 jul. 2013.

MANNING, Peter K. Metaphors of the Field: varieties of organizational discourse. In: **Administrative Science Quarterly**, v. 24,n. 4, December 1979.

NASH, Roderick. Wilderness and the american mind. **Yale University Press**, California, USA ,2001.p. 67-96.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO (OMT). **Anuário de estatísticas del turismo**. 1995. Madrid.

_____. **Introducción al turismo**. Madrid: jun. 1998.

NEVES, José L. Pesquisa qualitativa - características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, 2.º sem. 1996. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/CAD-pesq/arquivos/c03-art06.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2013.

PAIN, Sara. **Subjetividade e objetividade** – relação entre desejo e conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2009.

PINTO, Fausto Eduardo Menon. In: **Resenha do livro: D'Urso, V. e Trentin, R. Introduzione alla psicologia delle emozioni**. Bari/Roma: Editori Laterza, 2001. 396 p.

POPPER, Karl Raimund, **Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária**. São Paulo: Ed. Itatiaia, 1975. p. 77-78.

RAIMUNDO, Sidney. As atividades de aventura e suas implicações na gestão ambiental: considerações sobre os impactos positivos e negativos dessas práticas na natureza. In: Dimitri Woo Pereira. (Org.). **Entre o urbano e a natureza: a inclusão da aventura**. 1. ed. São Bernardo do Campo: Editora Lexia, 2011. p. 141.

RC Costa, V Kruger. Concepções sobre Objetividade/Subjetividade no fazer ciência e possíveis implicações na sala de aula universitária. IV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS. 2003. Anais. .fep.if.usp. Disponível em: <<http://fep.if.usp.br/~profis/arquivos>>. Acesso em: 05 set. 2014.

RUBIO, Katia. **Psicologia do esporte aplicada**. São Paulo: Casa do Psicólogo Livraria e Editora Ltda, 2003. p. 9 e 19.

SESSA, Alberto. **La scienza dei sistemi per losviluppo del turismo**. Roma: Agnesotti, 1984.

SILVA, Cristiane Rocha; GOBBI, Beatris Christo; SIMÃO, Ana Adalgisa. Em O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 7, n. 1, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1992.

TURNER, Frederick Jackson. **The Frontier in American History**. Robert E. Krieger Publishing Co. **Latest Reprint**, 1976. New York. USA.

SITES CONSULTADOS – TÍTULOS

CONFED. **Esporte de aventura é diferente de turismo de aventura**. Disponível em: <<http://www.confef.org.br>>. Acesso em: 20 de jul. 2013.

Ecoturismo x Turismo de aventura: dialogando conceitos, Disponível em : <http://www.viagembrasil.tur.br/ARTIGOS>. Acesso em 20 de Jul. 2013.

LEMOS, Leandro. **O Valor Turístico: (Re)Definindo a Economia do Turismo** Disponível em: <<http://www.revistaturismo.com.br>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

MARINHO, Alcyane. INÁCIO, Humberto. **Educação física, meio ambiente e aventura: diálogos possíveis**. Disponível em:<www.cbce.org.br/cd/resumos/299.pdf>. Acesso em: 15 out. 2013.

O que são Unidades de Conservação. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/especial/27099>>. Acesso em: 15 maio 2014.

Patrimônio Natural da Humanidade. Disponível em: <<http://www.cataratasdoiguacu.com.br>>. Acesso em: 16 maio 2014.

Programa de Turismo nos Parques. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-fazemos/revistafinal>>. Acesso em: 16 maio 2014.

Kant e Popper – Objetividade e Subjetividade em Psicanálise. Disponível em: <<http://port.pravda.ru/news/sociedade/cultura/07-02-2005/7155-0>>. Acesso em: 10 set. 2014.

O futuro do turismo de Santa Catarina. Serra, Fernando A. Ribeiro; Locks, Eliza Biachini Dallanhol; Martignago, Graciella; Evangelista, Solange; Palumbo, Stefano. **Pesquisa delphi**. Workingpaper45/2009; Disponível em: <<http://www.marketingempreendedor.files.wordpress.com>>. Acesso em: 3 jan. 2013.

O que é Subjetividade – Disponível em: <<http://www.significados.com.br>>. Acesso em: 10 set. 2014.

O que é segurança – Disponível em: <www.direito.folha.uol.com.br>. Acesso em: 12 set. 2014.

Regras de Segurança / Etiqueta no Surf – Disponível em: <<http://www.surfs-cool.com/#!/regras-de-segurana--etiqueta-no-surf>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

6 regras básicas do surf - Diário Catarinense. Agosto de 2014. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/pdf/16813270.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

Restrições Operacionais e Normas de Segurança. Disponível em: <http://www.abvl.net/wpcontent/uploads/2014/02/Norma_Regulamentar_ABVL_23_02_2014>. Acesso em: 30 jan. 2015.

Cicloturismo – Disponível em: <<http://www.abeta.tur.br/index.php/noticias/eventatividades/131-cicloturismo>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

Amostragens -Disponível em : <http://www.de.ufpb.br/~l Luiz/Adm/Aula9.pdf>_ Acesso em 08 de Júlio de 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE PESQUISA DE CAMPO COM OS TURISTAS

MODALIDADE: _____

1. PERFIL SÓCIO ECONÔMICO:

1.1 Idade: Estado civil: Escolaridade: Fundamental () Médio () Superior incompleto () Superior completo () Pós-Graduação ()

1.2 Profissão/Ocupação:

1.3 Cidade em que reside:

1.4 Faixa de renda:

Qual a sua renda mensal? (Marque somente uma resposta)

() Nenhuma renda.

() Até 1 salário (até R\$ 724,00).

() De 1 a 3 salários (de R\$ 724,01 até R\$ 2.172,00).

() De 3 a 6 salários (de R\$ 2.172,01 até R\$ 4.344,00).

() De 6 a 9 salários (de R\$ 4.344,01 até R\$ 6.516,00).

() De 9 a 12 salários (de R\$ 6.516,01 até R\$ 8.688,00).

() De 12 a 15 salários (de R\$ 8.688,01 até R\$ 10.860,00).

() Mais de 15 salários (mais de R\$ 10.860,01).

1.5 Como é sua rotina de vida? Tranquila () Estressante () Monótona ()

1.6 Você faz atividade física regularmente?

Sim () Frequência semanal: Diariamente () 3 vezes (); 2 vezes (); 1 vez ()

Não ()

1.7 O que é AVENTURA e AVENTURA NA NATUREZA para você?

Um prazer (); Uma forma de fuga do estresse diário () Algo indispensável ()

O que ela(s) tem a ver com você, seu estilo de vida (modo de ser e de viver)?

Tudo (); Um pouco (); Não se relaciona ()

1.8 Como veio e com quem?

Amigos (); Parentes (); Sozinho ()

2. SOBRE A ATIVIDADE DE AVENTURA QUE VAI REALIZAR

- 2.1 Você já fez alguma atividade física de aventura na natureza? Qual?
- 2.2 Costuma fazer essas atividades regularmente? Com que frequência?
- 2.3 É a primeira vez que faz esta atividade? (*kitesurfe*, surfe, parapente ou *mountainbike*)?
- 2.3.1 Se não: Como foi a primeira vez?
- 2.3.2 Se sim: Qual o sentimento que você está experimentando?
- 2.4 Porque você escolheu esta modalidade? O que o motivou? (razões, motivos)
- 2.5 Você acha que há riscos nesta atividade?
- 2.5.1 Se sim: Quais você acha que irá correr? Poderiam se classificados como leves, intensos ou moderados?
- 2.5.2 Você diria que o risco faz parte da sua motivação?
- 2.6 Como ficou sabendo a respeito dessa modalidade de aventura?
- 2.7 Que tipo de experiência você espera ter? Quais são as suas expectativas?
- 2.8 O que o levou a escolher esta modalidade?
- 2.9 O que é segurança nesta atividade, para você?
- 2.10 Você se sente seguro(a) ?

3. APÓS A ATIVIDADE

3.1 Como foi a sua experiência?

Boa (); Excelente (); Ruim (); Péssima ()

3.2 O que você sentiu? Marque conforme for o caso:

POUCO ANTES - () Ansiedade; () Medo; () Vontade de desistir;

() Nervoso(a).

DURANTE - () Euforia; () Alegria; () Muito medo; () Assustado(a);

() Prazer

DEPOIS - () Realizado(a); () Feliz; () Frustrado(a); () Triste/chateado(a).

3.3 E agora: O que é segurança para você? Você se sentiu seguro(a) durante a atividade?

Que tipo de segurança, como a descreve?

3.4 Para você o risco faz parte da atividade de aventura que realizou? Em que nível? Leve, intenso ou moderado?

3.5 Para você a pessoa pode sentir-se segura independente de outros fatores como boa infraestrutura e condições do clima por exemplo?

APÊNDICE 2 - QUESTIONÁRIO PARA GESTORES

1- Nome da Empresa:

2 - Porte: Pequena () Média () Grande ()

3 - No que diz respeito à segurança, a empresa adota as normas da ABNT?

Sim() Não ()

Senão, porque?

Por desconhecimento das normas ()

Por falta de treinamento e investimento()

Nunca ouviu falar das normas()

Não por enquanto, aguardando()

SeSim,

Tem participado das comissões de estudo de regulamentação e normalização das modalidades de turismo de aventura?

Sim() Não ()

4 - A empresa adota algum tipo de norma de segurança?

Sim() Qual? _____

Não()

5 - A empresa possui planejamento e gestão de riscos aplicados na segurança do turismo de aventura?

Sim() Não ()

Se não, porque?

É desnecessário (); Não faz parte da política da empresa (); Muito caro ()

Desconhecimento das normas (); Está fora da realidade brasileira (); Faltam profissionais ().

6 – Como vê a atitude dos turistas na atividade antes e depois?

Sentem-se seguros somente antes (); Sentem-se mais seguros depois (); Sentem-se seguros antes e depois ()

7 - E quanto ao que demonstram:

Antes: Ansiedade (); Certo medo (); Alegria ()

Depois: Euforia (); Realização (); Frustrados (); Insatisfeitos ().